

RELATÓRIO & CONTAS 2018

Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras anuais do United Bank for Africa (Moçambique), SA em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco

dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo que asseguram a salvaguarda dos activos do Banco e que as respectivas operações e transacções são executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

Os administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar que o Banco continuará a operar segundo esse princípio no próximo ano.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2018, constantes das páginas 8 a 74, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do United Bank for Africa (Moçambique), SA, em 16 de Maio de 2019 e vão assinadas em seu nome por:

Emeke E. Iweriebor

Emeke Iweriebor
Conselho de Administração

Ambiente Macroeconómico

Economia Mundial

A economia global iniciou o ano de 2018 com um crescimento forte e sincronizado.

Mas a medida que em o tempo ia passando, o dinamismo diminuiu e as tendências de crescimento alteraram-se.

A economia dos Estados Unidos acelerou, graças aos estímulos fiscais aprovados no princípio do ano, enquanto as economias

da Zona Euro, Reino Unido, Japão, China começaram a enfraquecer. Essas tendências divergentes persistirão em 2019.

A IHS Markit prevê uma desaceleração do crescimento global de 3.2% em 2018 para 3.1% em 2019, e esta desaceleração manter-se-á ao longo dos próximos anos.

Um dos maiores riscos em 2019 é a queda acentuada no crescimento do comércio

mundial, que sofreu uma queda de 5% no princípio de 2018 para aproximadamente zero no final.

Com o agravamento esperado nas guerras comerciais, uma contração no comércio mundial poderia agravar ainda mais a desaceleração da economia global.

Ao mesmo tempo, os efeitos combinados do aumento das taxas de juros, oscilações acentuadas nos preços das acções e volatilidade

do mercado das commodities poderá implicar que as condições financeiras mundiais estejam a ficar mais apertadas.

Estes riscos apontam para o aumento de vulnerabilidade da economia mundial para novos choques, e o aumento de probabilidade de uma recessão ao longo dos próximos anos.

A dinâmica de crescimento da China continuou a enfraquecer nos finais do ano passado, uma

vez que indicadores económicos piores que os previstos destacaram a desaceleração em curso na segunda maior economia do mundo.

A actividade fabril está a declinar, os lucros industriais reduziram, as importações e exportações caíram e o crescimento do crédito continuou a desacelerar apesar dos recentes esforços de estímulo monetário.

As autoridades defenderam a tomada de medidas anti-cíclicas por forma a estabilizar o crescimento, com vários estímulos monetário e fiscal previstos para 2019.

Embora a trégua temporária entre o Presidente Trump e o Presidente Xi anunciada depois da cimeira de G20 no final do ano passado amenizou tensões comerciais, acções isoladas poderiam ser usadas amplamente na guerra comercial entre os Estados Unidos e a China.

Desempenho macroeconómico da África

O crescimento económico da África continua a fortalecer-se, atingindo uma percentagem estimada de 3.5% em 2018, quase a mesma em 2017 e 1.4 pontos percentuais superior aos 2.1% em 2016 (de acordo com o BAD).

A África Oriental liderou o crescimento de PIB com uma estimativa de 5.7% em 2018, seguido da África do Norte com 4.9%, África Ocidental com 3.3%, África Central com 2.2% e África Austral com 1.2%.

A médio prazo, prevê-se que a taxa de crescimento se situe em 4% em 2019 e 4.1% em 2020. Embora mais baixo do que o crescimento da China e Índia, prevê-se que o crescimento da África seja mais alto que do de outros países emergentes e em desenvolvimento.

Mas é insuficiente para fazer face ao desemprego e pobreza. A África projetou o crescimento na ordem de 4% em 2019, dos quais a África do Norte espera ser responsável por 1.6 pontos percentuais, ou seja 40% da taxa de crescimento do continente.

Mas o crescimento médio do PIB na África do Norte é errático devido às rápidas alterações das circunstâncias económicas da Líbia.

Para a África Oriental, a região com maiores índices de crescimento, prevê-se um crescimento de 5.9% em 2019 e 6.1% em 2020.

Entre 2010 e 2018, o crescimento situou-se praticamente em 6%, com Djibouti, Etiópia, Ruanda e Tanzania registando taxas acima da média. Mas em muitos países, notavelmente, Burundi e Comores, o crescimento continuou fraco devido a incertezas políticas.

As economias da África Central apresentam sinais de recuperação gradual, mas continua abaixo da média para África de modo geral. Este crescimento é sustentado pela recuperação dos preços das commodities e altos rendimentos da produção agrícola.

Espera-se que o crescimento da economia da África Austral continue moderado em 2019 e 2020 após uma recuperação modesta em 2017 e 2018. Esses níveis de crescimento moderados da África Austral devem-se principalmente ao fraco desempenho da economia da África do Sul, o que acaba por afectar os países vizinhos.

Pressões inflacionárias abrandaram e a inflação média de África baixou de 12.6% em 2017 para

10.9% em 2018 e preve-se que baixe ainda mais para 8.1% em 2020.

Inflação de dois dígitos ocorre em muitos casos em países afectados por conflitos e países que não sejam membros de uma união monetária. A inflação é mais alta no Sudão do Sul, situando-se em 188%, devido a crise político-económica prevalescente.

A inflação é mais baixa, em 2% ou menos nos países membros da Comunidade Económica e Monetária da África Central e União Monetária e Económica da África Ocidental, particularmente por serem membros da zona monetária onde vigora o Franco CFA devido à paridade fixa com o euro.

A dívida pública africana tem vindo a aumentar. No final de 2017, o rácio de dívida pública sobre o PIB chegou aos 53% em África, mas com alguma heterogeneidade entre os países.

Dos 52 países com dados, 16 países - entre eles Argélia, Botswana, Burkina Faso, e Mali - possuem um rácio de dívida pública sobre o PIB abaixo dos 40%; enquanto que 6 países - Cabo Verde, Congo, Egipto, Eritreia, Moçambique, e Sudão - possuem um rácio de dívida pública sobre o PIB acima dos 100%.

A abordagem tradicional a estimativa de sustentabilidade da dívida classifica 16 países em África em alto risco de sobreendividamento ou em sobreendividamento.

Situações de dívida em alguns países tornaram-se portanto insustentáveis, e requerem acções urgentes cuja variedade e modalidades dependem do diagnóstico preciso sobre a origem do sobreendividamento.

Deste modo, enquanto que vulnerabilidades de dívida aumentaram em alguns países Africanos, o continente como um todo não está exposto a um risco sistémico de crise de dívida.

Economia Moçambicana

O crescimento real do PIB estimou-se em 3.5% em 2018, uma queda dramática da média de 7% durante 2004-15. O declínio deveu-se a investimento público e uma diminuição de 23% no investimento directo estrangeiro entre 2015-17.

O défice fiscal estimou-se em 6.7% do PIB em 2018, até 5.5% em 2017. Desde a descoberta das dívidas ocultas em 2016, Moçambique tem estado em inadimplência.

Os maiores doadores suspenderam as ajudas ao país, portanto houve necessidade de implementar medidas fiscais para gradualmente reduzir o endevidamento público.

Depois da subida da inflação e a rápida depreciação da taxa de câmbio entre 2016-17, O Banco de Moçambique adoptou uma série de medidas de política monetária restrictiva, o que implicou uma forte subida das taxas de juros aplicadas aos consumidores.

Uma vez estabilizada a pressão inflacionista, novas medidas expansionistas foram adoptadas pra reduzir as taxas de referência dos créditos bancários para 18% em Agosto de 2018 numa clara tentativa de relançar o crescimento económico.

No entanto, a diminuição na inflação de 15.1% em 2017 para uma projecção de 4.6% nos finais de 2018 não foi suficiente para evitar a contracção na demanda por créditos do sector privado.

Acerca do UBA

UBA Moçambique SA é subsidiária da United Bank for Africa Plc (UBA). UBA é o líder de um grupo financeiro pan-africano com presença em 20 países africanos, bem como no Reino

Unido, Estados Unidos da América e França. UBA foi criado na Nigéria como sociedade limitada depois de uma aquisição das acções da British and French Bank Limited, o qual vinha operando na Nigéria desde 1949.

O UBA fundiu-se com o Standard Trust Bank em 2005 e, de operações de um único país iniciadas em 1949 na Nigéria, a maior economia da África, UBA tornou-se um dos maiores provedores de serviços bancários e outros serviços financeiros do continente africano.

O banco providência serviços a cerca de 14 milhões de clientes mundialmente, através de um dos mais diversificados canais de serviços na África Sub-Sahariana com mais de 1,000 balcões e centros de negócios e uma plataforma robusta de banca digital e móvel.

UBA foi o primeiro banco Nigeriano a fazer um Initial Public Offering (IPO), após a sua listagem na NSE em 1970. Foi também o primeiro banco Nigeriano a emitir Global Depository Receipts (GDRs).

As acções do Banco UBA são transacionadas publicamente na Bolsa de Valores da Nigéria (NSE) e o banco possui uma estrutura accionista bem diversificada, a qual inclui investidores nacionais e estrangeiros, assim como accionistas individuais.

Forma Legal

United Bank for Africa Moçambique, S.A foi constituído em Moçambique em 2009 como uma Sociedade Anónima e iniciou as operações aos 22 de Novembro de 2010.

UBA Moçambique é uma sociedade de direito moçambicano, constituída sob a forma de instituição de crédito, com sede em Maputo, com sede na Praça 16 de Junho nr 312, Segundo andar em Maputo.

A UBA Moçambique está presente em duas províncias de Moçambique, em Maputo e Nampula e tem planos de se expandir para outras províncias.

Actividades de Negócio

United Bank for Africa Moçambique, S.A opera no ramo de serviços financeiros e providencia serviços para clientes do segmento Corporate, Sector Público, Banca Comercial e de Retalho, Tesouraria e Sala de Mercados dentre outros.

Resumo das Demonstrações financeiras de 2018 do UBA Moçambique SA:

Resumo das Demonstrações Financeiras	Dez-18	Dez-17
Juros e Rendimentos Similares	565,779,136	309,011,196
Rendimentos de comissões e serviços	14,055,111	13,749,750
Margem Financeira	13,314,549	16,888,041
	593,148,796	339,648,987
Resultado Líquido do exercício	13,943,151	5,253,022
Resumo do Balanço	Dez-18	Dez-17
Caixa e equivalentes a Caixa	189,008,236	230,749,130
Instrumentos Financeiros	2,960,120,608	2,788,219,949
Empréstimos e adiantamentos a clientes	45,521,889	35,039,427
Activos Tangíveis	127,882,655	43,999,373
Outros Activos	39,680,421	24,618,435
Total de Activos	3,362,213,809	3,122,626,314
Recursos de Clientes	1,606,390,203	1,333,137,754
Total de Passivos	1,923,925,682	1,698,281,338
Fundos Próprios	1,438,288,127	1,424,344,976

O Balanço do banco cresceu em 8% em 2018 e os depósitos de clientes cresceram em 20%. As nossas receitas cresceram igualmente em 75% durante o ano, o que culminou com um resultado positivo.

Durante o ano, as receitas do banco foram significativamente impactadas pela qualidade dos créditos uma vez que grande parte dos financiamentos estava em situação de incumprimento e foram abatidos do activo.

O cenário que levou aos altos níveis de créditos mal parados foi identificado e mitigado através do actual modelo de gestão de risco o qual contém uma supervisão a tempo real pelo

A nossa estratégia durante o ano de 2017 esteve principalmente focada nas iniciativas de crescimento nas áreas de negócio nas quais o banco opera com destaque nas seguintes:

• **Corporate Banking:** intensificar o nosso papel e presença na banca corporativa com o objectivo de se fazer sentir nas areas com os maiores níveis de crescimento nos nossos mercados alvo, conjugado com uma presença cada vez mais crescente na cadeia de valor dos nossos clientes corporate.

• **Sector Público:** focar-se nas imensas oportunidades oferecidas pela vasta cadeia de valor dos negócios estátais e ajudar o grupo a expandir as ofertas e quota deste segmento de Mercado.

• **Banca Comercial e de Consumo:** intensificar e penetrar cada vez mais na banca comercial e de consumo durante o ano, com foco nos principais segmentos de clientes tais como assalariados e empresários em nome individual.

Na Banca Comercial e de Consumo o banco UBA fornece produtos financeiros inovadores, acessíveis e confiáveis e presta serviços comerciais a nível de retalho, pequenas empresas, grandes empresas locais.

O Banco UBA sendo uma banco global, tem estado a investir de forma notória na digitalização das suas plataformas, tendo ao longo do ano 2017 desenvolvido vários produtos que permitirão que os nossos clientes realize suas operações financeiras de forma cómoda, segura e rápida.

• **Tesouraria e Sala de Mercados:** aumentar a quota de Mercado das nossas operações da Sala de Mercados e aumentar a nossa quota de clientes exportadores.

Nessa actividade de negócio o banco oferece serviços de operações em moeda estrangeira, produtos de Mercado monetário e produtos de renda fixa.

Resumo das Demonstrações financeiras de 2018 do UBA Moçambique SA:

Resumo das Demonstrações Financeiras	Dez-18	Dez-17
Juros e Rendimentos Similares	565,779,136	309,011,196
Rendimentos de comissões e serviços	14,055,111	13,749,750
Margem Financeira	13,314,549	16,888,041
	593,148,796	339,648,987
Resultado Líquido do exercício	13,943,151	5,253,022
Resumo do Balanço	Dez-18	Dez-17
Caixa e equivalentes a Caixa	189,008,236	230,749,130
Instrumentos Financeiros	2,960,120,608	2,788,219,949
Empréstimos e adiantamentos a clientes	45,521,889	35,039,427
Activos Tangíveis	127,882,655	43,999,373
Outros Activos	39,680,421	24,618,435
Total de Activos	3,362,213,809	3,122,626,314
Recursos de Clientes	1,606,390,203	1,333,137,754
Total de Passivos	1,923,925,682	1,698,281,338
Fundos Próprios	1,438,288,127	1,424,344,976

corpo de gestão do banco, um Sistema de gestão dos resultados e monitoria efectiva, sistemas de controle interno efectivos e detalhados, e uma adesão estrita á politicas, procedimentos e limites estabelecidos pelo banco. Podemos categoricamente afirmar que a era dos resultados negativos já terminou.

Os accionistas demonstraram sempre o seu compromisso para com o crescimento e sucesso do Banco através dos seus investimentos ano após ano.

Os acionistas continuam comprometidos em garantir que o UBA Moçambique SA se torne um banco de muito sucesso no país.

Com base nessa premissa, o banco está agora pronto para mudar sua posição no sector, garantindo valor para os acionistas.

Estas pretensões serão alcançadas através da:

1. Diversificação das receitas e crescimento;
2. Extensão da rede através da abertura de balcões em locais estratégicos e expansão dos canais electrónicos;
3. Prestação de serviços financeiros de excelência;
4. Gestão efectiva de recursos e custos;
5. Trabalhando com colaboradores motivados e com altos níveis de produtividade

A medida que movemos para um Mercado de

Rácios prudenciais e financeiros	Posição actual	Limite Regulatório
Core tier 1 capital	174%	2%
Tier 1 Capital	173%	4%
Rácio Global	173%	9%
Rácio de Liquidez	169%	25%
Capital Social	1,744,712,000	1,140,000,000
Fundos Próprios	1,438,288,127	1,140,000,000

O crescimento/melhoria nos rácios deveu-se essencialmente ao aumento do capital recebido dos accionistas durante o ano.

Estrutura do capital social

Em 31 de Dezembro de 2018, o capital inte-

Accionista	Número de accções	%
UBA Plc	1,669,655	95.698%
Afriland Properties Plc	22,015	1.2618%
African Prudential Plc	53,037	3.0399%
Adejare Rasheed Olaoluwa	3	0.0002%
Emmanuel Nwabuiwu Nnorom	2	0.0001%
Total	3,362,213,809	100%

Orgãos sociais

Em 31 de Dezembro de 2018, a composição dos Orgãos Sociais do Banco UBA era a seguinte:

Assembleia Geral	
UBA Plc	Presidente
Miguel Mario Moiana	Secretário

Conselho de Administração	
Justino Vasco Chone *	Presidente Interino
Hélder Chambisse **	Administrador Delegado
Emeke Iweriebor	Membro
Franklin Erebor	Membro

* Felecido a 20 de Abril 2018

** Rescindiuiu com efeitos a 30 de Maio 2018

Gestão de risco e controlo interno

Vários riscos são inerentes à actividade bancária, e de um modo geral incluem os riscos de Mercado, liquidez, taxa de juro, crédito, operacionais, tecnologias, de compliance e reputacionais.

O Conselho de Administração entende que uma gestão efectiva do risco, que está no cerne do negócio do Banco de criação de valor para Accionistas, tem sido fundamental para o progresso do Banco e é essencial para seu sucesso no futuro.

Para identificar e gerir os riscos, que se encontram geralmente inter-relacionados, o Banco tem sistemas de controlo interno que contemplam políticas e procedimentos integrados e compreensivos, assumindo uma natureza quantitativa e qualitativa.

Estes procedimentos são revistos, aprovados e supervisionados pelo Conselho de Administração, quer em grupo, quer por delegação. As políticas e sistemas do Banco são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, sistemas fiáveis,

rápidas mudanças, estaremos digitalizando o nosso negócio principal, exploraremos novos mercados e formas de acomodar as necessidades dos clientes.

O Banco pretende fazer uso da tecnologia para aumentar a experiência do cliente e oferecer novos produtos.

O nosso crescimento será também acelerado através do uso dos nossos principais valores de Empreendedorismo, Excelência e Execução.

Rácios Prudenciais e Financeiros

A tabela abaixo sumariza parte dos rácios prudenciais e financeiros do Banco á 31 de Dezembro de 2018.

Os rácios mostram que o banco está de longe acima dos limites regulamentares.

gralmente subscrito e realizado compreende Um milhão setecentos e quarenta e quatro setecentos e doze (1 744 712) (2017: 1 744 712) acções ordinárias, com valor nominal de mil (1.000) meticais, e estão distribuídas da seguinte forma:

reflecte-se (i) na estrutura de Governance, (ii) nas políticas e procedimentos do Banco e (iii) nas pessoas envolvidas directamente nas unidades de controlo de risco, quer individuais quer transversais ao Banco.

Políticas Gerais e Procedimentos

A Administração revê as políticas e procedimentos regularmente, e procura assegurar a sua comunicação de forma clara ao longo de toda a organização, de maneira a criar a base para um ambiente operacional sólido.

A natureza da estrutura de governação para o risco e a existência de políticas claras que visam assegurar que os processos associados com quatro passos fundamentais no processo de gestão de risco: a identificação, mensuração, controlo e reporte das exposições de risco a perdas potenciais, estão em conformidade com as melhores práticas bancárias e regulamentares.

Na gestão da exposição a riscos, o Banco pauta-se pelos seguintes princípios básicos:

1. Revisão regular das políticas e procedimentos pelo Conselho de Administração;
2. Definição formal de responsabilidades pela gestão de riscos do Banco;
3. Políticas e procedimentos que permitem supervisão independente;
4. Diversificação de riscos apropriada e revisão formal dos níveis de concentração;
5. Sistemas de mensuração e reporte independente;
6. Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco;
7. Formação para apoiar a identificação de riscos nas várias áreas.

Entre as políticas e procedimentos essenciais incluem-se:

- (i) a revisão activa das posições do Banco,
- (ii) mark-to-mark diário da maioria dos activos renumerados,
- (iii) revisão diária ou intra-diária das exposições financeiras e do producto bancário,
- (iv) revisão diária, e independente, das exposições de crédito, e controlo diário dos limites e controlos contabilísticos,
- (v) reporte independente e diálogo frequente entre as equipas geradoras de receitas e as equipas de controlo de risco e funções de suporte;
- (vi) testes de esforço extensos e realistas e
- (vii) proximidade do Conselho de Administração ao processo de controlo de risco e encorajamento na comunicação rápida do seu aumento.

Quantificação do Risco

Na tomada de decisões e na gestão de risco, o Conselho de Administração aplica o seu julgamento de negócio em combinação com um conjunto de ferramentas quantitativas e sistemas utilizados para monitorar e medir as exposições.

Estes aspectos são discutidos nas secções seguintes e incluem:

- Utilização exhaustiva de cenários de taxas de esforço;
- Limites de risco de Mercado;
- Análises de sensibilidade, em particular a taxas de juro;
- Limites por contrapartem família, classe de activos e carteira;
- Limites de concentração;
- Análise quantitativa e procedimentos

A quantificação de risco requer exercícios regulares de auto-avaliação, actualizações nas técnicas e mudanças nos pressupostos, bem como a adesão a normas regulamentares e contabilísticas.

Em resultado, o processo é um foco diário do Conselho de Administração, das equipas responsáveis e das áreas de suporte.

Assume-se como parte do processo que nenhuma tecnologia isolada é suficiente na análise global das exposições e, como tal, revem-se os riscos, em particular os riscos de Mercado, através de um conjunto de processos e abordagens.

Como política, procuramos quantificar o potencial de perdas associado a todos aspectos do negócio, de forma a realizar uma estimativa razoável dos potenciais danos em caso de ocorrência de eventos inesperados.

Estes eventos abrangem aqueles que são observados, com base em dados históricos, e aqueles que consideramos altamente improváveis, mas que, ainda assim, podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Limites e Controlo

A existência de limites em todas actividades com risco é essencial ao processo de controlo de riscos, e envolve uma série de restrições revistas com frequência, organizadas por classes de produto, maturidade e operador.

Estes limites podem ser medidos através de uma combinação de medidas não estatísticas, e medidas estatísticas.

É responsabilidade do Conselho de Administração e da função de Risco garantir a actualização continua, o reporte diário, o diálogo e a revisão dos pressupostos dos modelos.

Vários critérios são adoptados para determinar os limites apropriados na tomada de riscos associados a negociação de activos financeiros e investimento, incluindo a análise corrente e histórica dos mercados, estatísticas de volatilidade de liquidez, análise técnica e fundamental, o nível de experiência e desempenho dos gestores e, constituindo um factor importante, o apetite do Banco pelo risco em função das condições de Mercado.

Os limites aprovados, especificando as exposições autorizadas por contraparte e concentração por tipo de activos, são revistos e comunicados numa base periódica aos Gestores e Colaboradores de Front e Back Office e são sujeitos a revisão e actualização regular.

Todos os Colaboradores são responsáveis por aderir aos limites aprovados, que são monitorados por funções de Back Office independentemente, que asseguram que as posições são valorizadas e registadas correctamente.

Risco de Mercado

O risco de Mercado representa o possível declínio no valor de instrumentos financeiros em resultado de alterações nas condições de Mercado.

Dada a possibilidade de impacto directo na demonstração de resultados e/ou nas reservas de justo valor, os principais riscos que o Banco gere na sua actividade de Mercado incluem:

- Risco de activos de rendimento fixo, resultante de mudanças dos preços de activos financeiros detidos para a negociação ou para venda;
- Risco de preço de activos financeiros, resultante de exposições a mudanças de preços dos activos e volatilidade;
- Risco de taxa de câmbio, resultante de exposições a mudança nos preços à vista, preços futuros, e volatilidade;
- Risco de derivados, resultante da gestão da exposição a mudança de preços de activos subjacentes utilizados para cobrir posições e

produtos de Clientes. Na gestão dos riscos acima identificados, o Conselho de Administração delega o controlo e supervisão diária no ALCO.

Este inclui os membros Executivos do Conselho de Administração, além de outros gestores envolvidos nas actividades geradoras de receitas e da equipe de controlo de risco.

Em suporte ao Comité está a unidade de controlo de Risco de Mercado, responsável pela revisão de metodologias de medição de risco e limites para todas actividades de investimento e negociação de activos financeiros.

Controla ainda as decisões genéricas de investimento discutidas no ALCO, revê modelos e análises associadas ao cálculo de vários limites para a carteira do Banco, bem como para a carteira dos Clientes, e são responsáveis pela condução diária dos testes de esforço às carteiras, bem como por assegurar uma supervisão, controlo independente e verificação do cumprimento dos limites de tomada de riscos pelos Colaboradores e Front Office.

Adicionalmente, este grupo procura assegurar um equilíbrio eficiente entre riscos e retorno, bem como um nível apropriado de volatilidade nos resultados operacionais.

Nas actividades de Tesouraria, o UBA gera receitas através da gestão de exposições a mudanças adversas no nível de instrumentos financeiros, produtos e carteiras. Para gerir e reportar riscos, o Conselho de Administração estabelece e revê, periodicamente, os procedimentos e sistemas definidos para assegurar níveis de controlo adequados ao capital do Banco e aos seus objectivos de negócio.

A função de monitorização de Risco de Mercado em específico é desempenhada pelo Conselho de Administração que, com o Compliance, revê as políticas e procedimentos de desenvolvimento de produtos para assegurar que os níveis de risco assumidos pelos Clientes, e oferecidos pelo Banco, são apropriados às circunstâncias.

Metodologias

Na gestão do risco de Mercado, o Banco utiliza um conjunto de metodologias diferentes para medir e controlar as exposições de risco, que são analisadas em conjunto com a informação cobrindo os riscos do país e contraparte.

Os riscos são frequentemente geridos através de processo de diversificação de exposições, controlo de dimensão de exposições e estabelecendo cobertura em valores mobiliários ou derivados relacionados.

As ferramentas quantitativas utilizadas para medir e controlar a exposição efectivamente incluem medidas estatísticas e várias medidas não estatísticas.

O Banco usa esse sistema em simultâneo com outros, tais como relatórios de perdas e controlos diários sobre concentração de risco, para garantir a integridade do processo na ocorrência de potenciais falhas numa ou mais metodologias, em consequência de um evento extraordinário que ocorra nos mercados.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de activos e passivos do Banco.

A política do UBA relativa à liquidez e financiamento baseia-se nos seguintes princípios:

(i) financiamento dos activos antes da sua aquisição,

(ii) o pressuposto de que a maior parte dos activos que compõem o Balanço deveria ser convertível em liquidez num curto espaço de tempo,

(iii) um programa para construir uma base estável de depósitos e (iv) assumir que se mantém um razoável nível de independência do Mercado financeiro junto de outras instituições.

Com efeito, estes princípios definem o modelo de negócio do UBA, que é baseado em comissões e prestação de serviços e pressupõe uma base de activos composta por activos líquidos em detrimento de crédito ilíquido.

Na prática, o processo de gestão de liquidez do Banco é uma questão de estratégia diária do Conselho de Administração.

Este engloba os detalhes sobre os controlos dos fluxos de entrada e saída, as questões de preciação e reputação, o controlo sobre a reputação, controlo sobre colaterais, o processo do ALCO e os aspectos do plano de recuperação que transmite a natureza fundamental do modelo de negócio: activos líquidos, flexíveis e de qualidade financiados de forma conservadora por depósitos estáveis e capital.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro resulta da exposição ao nível, declive e configuração das curvas de taxa de juro, volatilidade nas taxas de juro, duração e spread de crédito.

O risco de taxa de juro mede a probabilidade de ocorrência de impactos nos proveitos ou no capital do Banco, causados por movimentos nos níveis absolutos de taxas de juro, em spreads entre taxas, ou na configuração de curva de taxas de juro, entre outros factores.

O UBA controla a sua exposição a eventos adversos através da diversificação e de técnicas de cobertura de risco.

Análises de Sensibilidade

O Banco também executa análises de sensibilidade, que são utilizadas para quantificar o efeito de variação de um factor de risco em todas posições.

O Banco utiliza estas análises para medir o efeito de variações das taxas de juro bem como quantificar exposições a posições de negociação de activos financeiros.

Estas dependem de variáveis de mercado incluindo o preço do activo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até a maturidade.

O Banco mede estas variáveis através da realização de análises de sensibilidade.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é o risco de perdas decorrentes do incumprimento por contrapartes das suas obrigações financeiras ou contratuais nas datas de vencimento, composto por risco da contraparte, risco de concentração e do risco do país.

As exposições de crédito no UBA genericamente incluem obrigações de empresas, obrigações com clientes particulares, obrigações soberanas, créditos interbancários, valores cobráveis em mercados monetários e compromissos relacionados com concessão de garantias e outros créditos.

No processo de análise e aprovação, o Banco avalia estas exposições a vários níveis: ao nível de transações individuais, ao nível de exposição máxima ao Cliente ou Grupo, e, separadamente, ao nível das respectivas carteiras para medir a concentração de riscos num determinado

sector, indústria ou localização geográfica.

Todas as exposições são avaliadas e processadas para aprovação, quer a sua natureza seja dentro ou fora do balanço. No decurso da actividade diária do Banco, a existência de sistemas integrados de monitorização de exposições são um elemento essencial no processo de gestão de risco.

Processo

Constituindo um elemento inerente à banca, o Conselho de Administração percepção o risco de crédito como parte integrante do modelo de negócio, fundamental para a geração de receitas e valor para os Accionistas.

O processo de risco de crédito visa preservar a independência do processo de aprovação, permitindo também uma integração efectiva com os objectivos de negócio definidos pelo Conselho de Administração.

Este processo começa com o Conselho de Administração, que aprova as políticas gerais e orientações para riscos de crédito. O Conselho de Administração delega, posteriormente, nos membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de suporte a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo de risco de contraparte;
- Orientações quantitativas e qualitativas para revisão de créditos;
- Procedimento quantitativos e qualitativos para controlo de qualidade de créditos;
- Controlo de Clientes, grupo e grandes riscos;
- Documentação, gestão e arquivo;
- Gestão e controlo de procedimentos e sistemas de monitorização de riscos;
- Manutenção de um Sistema de avaliação e de aprovação de crédito;
- Atenção a integridade e independência do processo de aprovação;
- Adesão a orientações regulamentares;
- Política de preços.

Procedimentos de Crédito

De acordo com a política de crédito do Banco, a base para aprovação de exposição a crédito, com ou sem garantia, inclui uma determinação da notação de risco (scoring) para a exposição ao crédito, calculado com base em critérios maioritariamente objectivos.

Os resultados do processo de análise financeira e pontuação de risco servem de base para decidir a rentabilidade associada ao risco assumido, incluindo considerações sobre o preço mínimo, estrutura aceitável, prazos e documentação apropriada.

Como parte do processo de extensão de qualquer tipo de exposição de crédito, o Banco segue uma matriz de aprovação pré-definida, que combina os resultados da avaliação de crédito, prazos, níveis máximos de exposição global, incluindo quaisquer transações em consideração e os níveis pré-aprovados de poderes de aprovação atribuídos aos membros do Comité de Crédito.

Outros critérios para determinação dos níveis de aprovação incluem a existência e tipo de garantia subjacente à exposição do valor global.

Gestão de Concentração de Riscos

O Banco analisa sua exposição à concentração

de riscos por categoria – risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional – e, quando apropriado, por grupos de categorias que se podem sobrepor, como risco de crédito, de mercado e de liquidez. No que diz respeito a gestão de concentração de risco de crédito, o Conselho de Administração e as áreas de risco do Banco analisam os relatórios que resumem as maiores concentrações de risco, incluindo exposições directas, indirectas e contingentes.

Estes relatórios são também desagregados por exposições financeiras e não financeiras. Para além da sua função de gestão e monitorização regular, servem também como base para reporte periódico de limites regulamentares, incluindo exposições superiores a 25% dos fundos próprios e limites legais de concessão de crédito.

Risco Operacional

O risco operacional pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, erros humanos ou eventos externos. Tendo em conta a natureza do seu negócio, o Banco encontra-se exposto a potenciais perdas e risco reputacional, em resultado de erros humanos ou erros sistemáticos e operacionais, interrupções inesperadas no processamento do negócio ou execução insuficiente por fornecedores terceiros de componentes significativos do modelo de negócio.

No processo de gestão pró-activa de riscos operacionais, de modo a manter as exposições em níveis mínimos, o Banco revê os seus sistemas de controlo interno regularmente para assegurar o bom funcionamento do negócio em situações normais e anormais.

Esses sistemas e procedimentos são desenhados para reduzir os riscos de fraude de fontes internas e externas, e de erros ou quebras de serviço, resultante de eventos associados com a tecnologia e infraestrutura de sistemas, procedimentos e telecomunicações.

A responsabilidade da gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis de cada unidade de negócio. Para monitorar os riscos e a aplicação dos procedimentos no Banco, os responsáveis de área reúnem separadamente com seus Colaboradores e reportam, posteriormente aos seus supervisores no Conselho de Administração, e também em conjunto de comités onde participam.

As diversas áreas também realizam exercícios regulares de auto-avaliação para identificar e adoptar acções sobre riscos associados a operações, tecnologia e compliance.

Os processos de controlo interno incluem, por exemplo, a revisão frequente dos procedimentos operacionais relevantes.

O cumprimento de orientações normativas, auditorias internas e externas de operações, sistemas e áreas comerciais e de negociação, procedimentos de back-up e a manutenção dos acordos de outsourcing e de um plano de recuperação de negócio apropriado para reduzir os efeitos de qualquer interrupção imprevista das actividades do Banco.

Continuidade do Negócio e Segurança de Informação

O objectivo principal do Banco é assegurar que o negócio está apto para operar sob as condições mais exigentes e que os processos, gestão de risco e controlo interno, informação e sistemas seguros e fiáveis.

Estas questões complexas exigem uma regular atenção, revisão e melhoria à medida em que o Banco cresce e que as condições de mercado e o ambiente regulatório mudam.

#EUSOUAFRICANO



Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Aos Accionistas do UBA - United Bank for Africa (Moçambique), S. A.

Em conformidade com a Legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas do UBA – United Bank for Africa (Moçambique), S. A. (“Banco”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados.

Sobre a actividade da Auditoria Interna constatamos que a mesma esteve enfocada em acrescentar valor a gestão de diversas

unidades orgânicas, tendo como principal objectivo a avaliação do cumprimento dos procedimentos e princípios estabelecidos.

Foi-nos dado a conhecer que, em resultado da actividade desenvolvida, não foram detectadas ocorrências susceptíveis de alterar a avaliação positiva dos sistemas de identificação e gestão de riscos e de controlo interno do Banco.

No âmbito das nossas funções, examinamos a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2018, as Demonstrações dos Resultados por Natureza, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo, preparados a partir dos livros e registos contabilístico do Banco, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, que nos permitiram concluir:

- Que o Balanço reflecte adequadamente a situação financeira do Banco à data de 31 de Dezembro de 2018;

- Que a Demonstração de Resultados e a Demonstração do Rendimento Integral do Banco para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 espelham um lucro de MZN 13,943,151 o qual traduz o resultado da actividade do Banco;

- Que a demonstração dos Fluxos de Caixa e seus equivalentes apresentou um aumento durante o ano de MZN 13,788,080;

- Que a Demonstração das Alterações no Capital Próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 evidenciam uma situação Líquida de MZN 1,438,288,127.

Como resultado das verificações efectuadas e das informações obtidas, assim como da opinião do Auditor Externo, o Conselho Fiscal:

a) É de opinião que as Demonstrações Financeiras do Banco:

- Estão em conformidade com a Lei e satisfazem as disposições estatutárias, bem como as normas demandadas do Banco

Central;

- Foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relato Financeiro (NIRF);

- Reflectem de forma verdadeira e apropriada, a situação financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2018, bem como os resultados das operações realizadas pelo Banco durante o exercício.

b) É de parecer que o Conselho de administração:

- Aprove o Relatório de Gestão e Contas e as Demonstrações Financeiras do UBA – United bank for Africa (Moçambique), S. A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018;

- Exprese o seu voto de louvor pelo desempenho da Comissão Executiva e de todos os restantes Colaboradores do Banco, no exercício de 2018.

Maputo, 16 de Maio de 2019

O CONSELHO FISCAL

Emeke E. Iweriebor

Emeke Iweriebor
Membro



Oludayo Onayibi
Vogal

Relatório do Auditor Independente

Aos Accionistas Do United Bank For Africa (Moçambique), S.A

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do United Bank for Africa (Moçambique), S.A, conforme as páginas 8 a 74, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3,362,213,809 Meticais e um total de capitais próprios de 1,438,288,127 Meticais, incluindo um resultado líquido de 13,943,151 Meticais), a demonstração do resultado integral, a demonstração das alterações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do United Bank for Africa (Moçambique), S.A, em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria

das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), órgão da IFAC – International Federation of Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra Informação

A gerência é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório de gestão e a mensagem do presidente, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efectuado, concluímos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão

A gerência é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a gerência é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a gerência tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou

sobreposição ao controlo interno.

• Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.

• Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulga-

ções feitas pela gerência.

• Concluimos sobre a apropriação do uso, pela gerência, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações.

Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações

relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.

As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

• Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demons-

trações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Maputo, 23 de Maio de 2019

Deloitte & Touche (Moçambique) Limitada
Audidores certificados 09/SCA/OCAM/2014

Jacinto Delgado
Partner Auditor certificado 91/CA/OCAM/2017

Relatório de gestão

O Conselho de Administração apresenta o seu relatório sobre os assuntos do United Bank for Africa (Moçambique), SA em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Estrutura jurídica

United Bank for Africa (Moçambique), SA, é um Banco privado constituído em 2009, tendo iniciado as suas actividades em 22 de Novembro de 2010. O Banco tem a sua sede social em Moçambique, sita na Praça 16 de Junho n.º 312, 2.º andar, em Maputo, e rege-se pelos seus estatutos e outros regulamentos aplicáveis.

Actividade principal

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos Bancos comerciais de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, a concessão de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, a concessão de letras de crédito e de garantias bancárias, transações em moeda estrangeira e recepção de depósitos em moeda nacional e estrangeira.

Resultados operacionais

Os resultados operacionais do Banco para o ano findo são os seguintes:

	Dez-18	Dez-17
Gross earnings		
Juros e rendimentos similares	565,779,136	309,011,196
Rendimentos de comissões e serviços	14,055,111	13,749,750
Operações financeiras líquidas	13,314,549	16,888,041
	593,148,746	339,648,987
Lucro antes de impostos	54,943,151	5,253,022
Impostos	41,000,000	-
Lucro líquido	13,943,151	5,253,022

Estrutura do capital social

Em 31 de Dezembro de 2018, o capital integralmente subscrito e realizado compreende Um milhão setecentos e quarenta e quatro se-

tecentos e doze (1 744 712) (2017: 1 744 712) acções ordinárias, com valor nominal de mil (1.000) meticais, e estão distribuídas da seguinte forma:

Accionista	Número de acções	%
UBA Plc	1,669,655	95.6980%
Afriland Properties Plc	22,015	1.2618%
African Prudential Plc	53,037	3.0399%
Adejare Rasheed Olaoluwa	3	0.0002%
Emmanuel Nwabuiwu Nnorom	2	0.0001%
Total	1,744,712	100%

Responsabilidades da Gestão

O Conselho de Administração é responsável pela preparação das Demonstrações Financeiras, e apresentação apropriada e verdadeira da Posição Financeira e Demonstração de Resultados do Banco. Ao fazê-lo, O Conselho de Administração assegura:

1. Manter os registros contabilísticos adequados;
2. Seguir as normas contabilísticas aplicáveis;
3. As políticas contabilísticas adequadas são

adotadas e aplicadas periodicamente;

4. As estimativas e os julgamentos efectuados são razoáveis e prudentes;

5. O pressuposto de continuidade é tido em consideração, a menos que não seja apropriado presumir que o Banco continuará no negócio;

6. São instituídos procedimentos de controlo interno que, na medida do possível, salvaguardem os activos do Banco, previnam e detectem fraudes e outras irregularidades.

Activos Tangíveis

As informações relativas aos imóveis, instalações e equipamento estão divulgadas na Nota 16 das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração acredita que, o valor realizável líquido dos bens, instalações e equipamentos não é menor do que o valor apresentado nas demonstrações financeiras.

Recursos humanos

(i) Admissão de pessoas com deficiência

O Banco continua a manter uma política de dar a justa consideração aos pedidos de emprego feitos por pessoas com deficiência tendo em conta as suas capacidades e aptidões.

As políticas do Banco proíbem a discriminação contra pessoas com deficiência no desenvolvimento de recrutamento, formação e carreira dos funcionários.

No caso dos membros da equipe se tornarem deficientes, serão feitos esforços para assegurar que os seus empregos no Banco se mantenham, garantindo formação adequada de modo que se encaixem no ambiente de trabalho do Banco.

(ii) Saúde, segurança no trabalho e bem-estar dos funcionários

As instalações do Banco estão desenhadas com

vista a garantir a segurança e as condições de vida saudáveis de seus funcionários e clientes. Os funcionários estão adequadamente seguros contra riscos operacionais e outros.

Além disso, o Banco oferece serviços médicos aos seus funcionários e familiares directos.

(iii) Desenvolvimento do pessoal e formação

O Banco incentiva a participação dos seus colaboradores nas decisões relacionadas com assuntos que afectem o bem-estar dos seus funcionários. Para esse fim, o Banco oferece oportunidades onde os funcionários deliberam sobre questões que afectam o Banco e os interesses dos empregados, com vista a tomar medidas para as decisões nesta matéria. De acordo com a política de desenvolvimento contínuo, o Banco elabora programas de formação anuais.

Os programas incluem formação on the job, sessões em sala de aula e programas de formação baseados na Web que se encontram disponíveis para todos os funcionários.

Auditores

Durante o ano, a Administração nomeou a Deloitte & Touche (Moçambique) Limitada como auditor independente do Banco.

Informação do banco

Conselho de Administração	Função
Hélder Chambisse (Rescindiuiu com efeitos a 30 Maio 2018)	Administrador Delegado
Justino Chone (Falecido a 20 de Abril 2018)	Presidente (Interino)
Emeke Iweriebor	Membro
Franklin Erebor	Membro
Secretário:	Miguel Moiana
Escritório Registrado	Praça 16 de Junho - 312 - 2º Andar Malanga, Maputo, Moçambique.
Auditor independente:	Deloitte & Touche (Moçambique) Limitada Rua dos desportistas, N.º 833, Maputo, Moçambique.

Emeke E. Iweriebor

Emeke Iweriebor
Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de Dezembro de 2018

	Notas	2018	2017
Juros e rendimentos similares	2	565,779,136	309,011,196
Juros e gastos similares	2	(255,514,582)	(145,737,457)
Margem financeira	2	310,264,555	163,273,739
Rendimentos de serviços e comissões	3	14,055,111	13,749,750
Custos com serviços e comissões	3	(20,528,434)	(15,101,932)
Gasto líquido com serviços e comissões	3	(6,473,323)	(1,352,182)
Ganhos e operações cambiais	4	13,314,549	16,888,041
Produto Bancário		317,105,780	178,809,598
Gastos com imparidades	13	(5,071,433)	-
Rendimento operacional		312,034,348	195,825,025
Gastos com o pessoal	5	(117,183,366)	(102,908,513)
Gastos administrativos	6	(100,988,552)	(78,390,365)
Depreciações e amortizações	15,16	(9,871,582)	(9,273,125)
Outros gastos operacionais	7	(31,007,334)	-
Outros rendimentos operacionais	8	1,959,638	17,015,427
Resultado antes de impostos		54,943,151	5,253,022
Imposto sobre o rendimento	9	(41,000,000)	-
Resultado líquido do exercício		13,943,151	5,253,022
Outro rendimento integral		-	-
Rendimento integral líquido de impostos.		13,943,151	5,253,022

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2018

	2018	2017
ACTIVOS		
Caixa e disponibilidades em Banco Central	159,819,935	195,623,392
Depósitos sobre instituições de crédito	29,188,301	35,125,738
Aplicações em instituições de crédito	547,908,591	475,808,281
Empréstimos e adiantamentos a clientes	45,521,889	35,039,427
Investimentos em títulos	2,412,212,017	2,312,411,668
Outros activos	127,882,655	43,999,373
Activos tangíveis	29,063,393	21,295,793
Activos intangíveis	10,617,028	3,322,642
Total	3,362,213,809	3,122,626,314
PASSIVOS		
Depósitos de clientes	1,606,390,203	1,333,137,754
Depósitos de outras instituições de crédito	271,873,000	348,218,000
Outros passivos	45,662,479	16,925,584
Total	1,923,925,682	1,698,281,338
CAPITAL PRÓPRIOS		
Capital Social	1,744,712,000	1,744,712,000
Prêmios de emissão	571,653,523	571,653,523
Reservas legais	787,953	-
Prejuízos acumulados	(878,865,349)	892,020,547
Total	1,438,288,127	1,424,344,976
Total de passivos e fundos próprios	3,362,213,809	3,122,626,314

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2018

	2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	13,943,151	5,253,022
Ajustamentos:		
Depreciações e amortizações	9,871,582	9,273,125
Ajustamento nos resultados transitados	-	(116,390)
Gastos em imparidades	5,071,433	-
Alterações nos activos operacionais	(99,437,177)	(19,847,439)
Alterações nos passivos operacionais	225,644,344	691,164,231
Aumento nas reservas obrigatórias	(18,830,089)	(12,355,401)
Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades operacionais	136,263,245	673,371,148
Fluxos de caixa das actividades de investimentos		
Aquisição de activos tangíveis	(16,086,009)	(14,130,325)
Aquisição de activos intangíveis	(8,847,560)	1,329,230
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	2,258,754	(2,258,754)
Recebimentos em investimentos em títulos	2,631,445,429	632,544,951
Aquisição de títulos	(2,731,245,779)	(2,757,031,867)
Fluxo de caixa líquido gerado nas actividades operacionais	(122,475,164)	(2,139,546,766)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Realização do capital social	-	1,229,275,000
Fluxos de caixa líquido gerado pelas actividades de financiamento	-	1,229,275,000
Aumento/ (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa	13,788,080	(236,900,619)
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	551,772,936	788,673,554
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	565,561,016	551,772,936

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2018

	Capital social (Nota 21)	Prêmios de emissão (Nota 22)	Reserva legal (Nota 23)	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	515,437,000	571,653,523	-	(897,157,179)	189,933,344
Emissão de acções	1,229,275,000	-	-	-	1,229,275,000
Resultado do exercício	-	-	-	5,253,022	5,253,022
Ajustamentos	-	-	-	(116,390)	(116,390)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	1,744,712,000	571,653,523	-	(892,020,547)	1,424,344,976
Transferência de resultado	-	-	787,953	(787,953)	-
Resultado do exercício	-	-	-	13,943,151	13,943,151
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	1,744,712,000	571,653,523	787,953	(878,865,349)	1,438,288,127

INTRODUÇÃO

United Bank for Africa (Moçambique), SA (adiante designado como UBA ou Banco) é um banco comercial privado, constituído em 2009, que começou a operar em Novembro de 2010, com a sua sede na praça 16 de Junho, nº 312 Edifício do INCM, 2º andar Malanga - Maputo, Moçambique.

A Empresa mãe é o United Bank for Africa Plc, um Banco constituído na Nigéria e também envolvido em actividades de banca comercial.

1. Políticas contabilísticas**1.1. Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer a utilização de estimativas fundamentais. Além disso, exige também que a Administração intervenha criticamente no que diz respeito à aplicação das políticas contabilísticas do Banco, nomeadamente nas notas às Demonstrações Financeiras que envolvam um maior grau de complexidade, ou em áreas onde os pressupostos e estimativas tenham um impacto significativo para o Banco. As demonstrações financeiras do Banco foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de Maio de 2019 e serão submetidas à aprovação pelos Accionistas em Assembleia-Geral.

1.2. Estimativas e julgamentos significativos

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, o Conselho de Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Os accionistas do Banco adoptaram, várias medidas com o objectivo de aumentar a eficácia da gestão e fortalecer as práticas de gestão de risco do banco.

Estas medidas, culminaram com a nomeação de um novo Director Geral, a implementação de um quadro de gestão de risco robusto com maior supervisão do Conselho de Administração e do Grupo, bem como uma revisão do plano de negócio e a identificação de estratégias fundamentais para diversificar o crescimento do negócio e melhorar o desempenho.

O Banco está, portanto, prestes a aumentar e diversificar sua base de clientes e receitas, aproveitando as competências existentes para

fornecer produtos e serviços diversificados através de diferentes canais e reverter o actual desempenho financeiro negativo dos últimos exercícios.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade.

Esta base pressupõe que o Banco continuará a receber o apoio da Empresa-mãe e que a realização dos activos e liquidação de passivos ocorrerá no curso normal dos seus negócios.

Perdas por imparidade de activos financeiros

A avaliação das imparidades dos activos financeiros do banco envolve certos julgamentos conforme o detalhado nos parágrafos seguintes:

• **Avaliação do modelo de negócios:** A classificação e a mensuração de activos financeiros dependem dos resultados do fluxos de caixa contratuais (Pagamento de Juros e Principal) e do teste do modelo de negócios.

O Banco determina o modelo de negócios em um nível que reflecte como grupos de activos financeiros são geridos para atingir um objectivo de negócios específico.

Essa avaliação inclui julgamentos que reflectem todas as evidências relevantes, incluindo o desempenho dos activos; os riscos que afectam o desempenho dos activos e como estes são geridos e como os gestores dos activos são remunerados.

O Banco monitora activos financeiros mensurados ao custo amortizado ou justo valor através do rendimento integral que são desreconhecidos antes da sua maturidade para entender o motivo da sua alienação e se as razões são consistentes com o objectivo do negócio para o qual o activo foi mantido.

O monitoramento faz parte da avaliação contínua do Banco para assegurar que modelo de negócios para o qual os activos financeiros remanescentes são mantidos continua a ser apropriado, caso tenha havido uma alteração no modelo de negócios, a classificação dos activos é alterada prospectivamente.

• **Aumento significativo do risco de crédito:** As perdas de crédito esperadas (ECL) são mensuradas como uma provisão igual a ECL de 12 meses para activos de estágio 1, ou activos de ECL vitalícios para activos de estágio 2 ou 3.

Um activo passa para o estágio 2 quando o seu risco de crédito aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial.

O IFRS 9 não define o que constitui um aumento significativo no risco de crédito. Ao avaliar se o risco de crédito de um activo aumentou significativamente, o Banco leva

em consideração informações prospectivas qualitativas e quantitativas razoáveis e sustentáveis.

- Estabelecimento de grupos de activos com características semelhantes de risco de crédito: Quando as ECLs são medidas colectivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco compartilhadas.

O Banco monitora a adequação das características de risco de crédito em uma base contínua para avaliar se elas continuam sendo semelhantes. Isso é necessário para assegurar que, caso as características do risco de crédito alterem, haja uma adequada segmentação dos activos. Isso pode resultar na criação de novos portfólios ou na migração de activos para um portfólio existente que reflecta melhor as características semelhantes de risco de crédito desse grupo de activos.

A ressegmentação de portfólios e movimento entre carteiras é mais comum quando há um aumento significativo no risco de crédito (ou quando esse aumento significativo reverte) e assim os activos passam de ECLs de 12 meses para períodos de vida, ou vice-versa, mas também podem ocorrer dentro de carteiras que continuam a ser medidas na mesma base de ECLs de 12 meses ou vida útil, mas o valor da ECL muda porque o risco de crédito das carteiras é diferente.

• Modelos e premissas utilizadas: O Banco utiliza diversos modelos e premissas na mensuração do justo valor de activos financeiros, bem como na estimativa de ECL.

O julgamento é aplicado na identificação do modelo mais apropriado para cada tipo de activo, bem como na determinação das premissas utilizadas nesses modelos, incluindo as premissas relacionadas aos principais determinantes do risco de crédito.

Principais fontes de incerteza de estimativa

A seguir estão as principais estimativas que os administradores utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco e que têm o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Determinar o número e respectivos ponderadores de cenários de prospectivos (forward-looking) para cada tipo de produto / mercado e determinar as informações de prospectivas relevantes para cada cenário: Ao mensurar a ECL, o Banco usa informações prospectivas razoáveis e suportáveis, que são baseadas em suposições para o futuro movimento de diferentes factores económicos e como esses factores afectarão uns e outros.
- Probabilidade de incumprimento (PD): constitui um factor-chave na mensuração da ECL. A PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.
- Perda dado o incumprimento (LGD): É uma estimativa da perda decorrente do incumprimento. É baseado na diferença entre os fluxos de caixa contratuais vencidos e aqueles que o Banco esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e de crédito integral.
- Mensuração do justo valor e processo de

avaliação: Ao estimar o justo valor de um activo ou passivo financeiro, o Banco utiliza dados observáveis no mercado, na medida em que estejam disponível.

Quando os dados do Nível 1 não estão disponíveis, o Banco usa modelos de avaliação para determinar o justo valor dos seus instrumentos financeiros.

1.3 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios sendo descritas abaixo como segue:

Instrumentos financeiros (NIRF 9)

O Banco adoptou a NIRF 9 conforme emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) em julho de 2014, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 que esteve em vigor até 31 de dezembro, o que resultou em mudanças nas políticas contabilísticas e ajustes nos valores previamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A adopção da NIRF 9 resultou em mudanças nas políticas contabilísticas para reconhecimento, classificação e mensuração de activos e passivos financeiros e redução do valor recuperável de activos financeiros.

A NIRF 9, também altera significativamente outras normas que lidam com instrumentos financeiros, como a NIRF 7 "Instrumentos financeiros".

Conforme permitido pelas disposições transitórias da NIRF 9, o Banco não optou pela reexpressão dos saldos comparativos do período anterior.

Quaisquer ajustamentos aos valores contabilísticos activos e passivos financeiros à data de transição foram reconhecidos nos lucros líquidos iniciais e outras reservas do período corrente.

Como resultado, as informações incluídas nas notas às demonstrações financeiras relativa ao período comparativo, corresponde à que foi divulgada no período anterior.

Activos financeiros – Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- Activos financeiros ao custo Amortizado
- Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral
- Activos financeiros ao justo valor através de resultados

A classificação de activos financeiros de acordo com a NIRF 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um activo financeiro é gerido e suas características de fluxo de caixa contratuais.

Derivados relacionados a um activo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro composto como um todo é avaliado para classificação. Os modelos de negócios são explicados como segue-se:

Activos financeiros ao custo amortizado

Um activo financeiro é mensurado ao custo

amortizado se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O activo é detido um modelo de negócio cujo objetivo é manter activos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais; e
- Os seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juro do montante em dívida.

Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Um activo é classificado nesta categoria se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- É detido num modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais e a venda desse activo financeiro.
- Seus termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas a pagamentos de capital e juros do montante em dívida

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Um activo é classificado nesta categoria se o modelo de negócio definido pelo Banco para a sua gestão ou as características dos fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições acima descritas para ser mensurado ao custo amortizado, nem ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reclassificação entre categorias de activos financeiros

Se o modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros altera, os activos financeiros afectados são reclassificados.

Os requisitos de classificação e mensuração relacionados à nova categoria se aplicam prospectivamente a partir do primeiro dia do primeiro período de relatório após a mudança no modelo de negócios que resulta na reclassificação dos activos financeiros do Banco.

Durante o exercício financeiro atual e o período contabilístico anterior, não houve alteração no modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros e, portanto, não houve reclassificações.

As mudanças nos fluxos de caixa contratuais são consideradas na política contabilística de *Modificação e desreconhecimento de activos financeiros descritos abaixo*.

Modificação e desreconhecimento de activos financeiros

Uma modificação de um activo financeiro ocorre quando os termos contratuais que regem os fluxos de caixa de um activo financeiro são renegociados ou modificados de alguma outra forma entre o reconhecimento inicial e o vencimento do activo financeiro.

Uma modificação afecta a quantia e/ou a época dos fluxos de caixa contratuais, imediatamente ou em uma data futura.

Além disso, a introdução ou ajuste de cláusulas restritivas de um empréstimo existente constituiria uma modificação, mesmo que essas cláusulas novas ou ajustadas ainda não afetem os fluxos de caixa imediatamente, mas possam afectar os fluxos de caixa dependendo se o acordo é ou não cumprido (por exemplo, uma mudança no aumento da taxa de juros que surge quando os covenants são violados).

O Banco renegocia empréstimos a clientes com dificuldades financeiras para maximizar a

cobrança e minimizar o risco de incumprimento.

A tolerância a empréstimos é concedida nos casos em que, embora o mutuário tenha feito todos os esforços razoáveis para pagar sob os termos contratuais originais, existe um alto risco de incumprimento já ocorrido e espera-se que o mutuário atenda aos termos contratuais revistos.

Os termos revisto na maioria dos casos incluem uma extensão do vencimento do empréstimo, mudanças no timing dos fluxos de caixa do empréstimo (principal e amortização de juros), redução no montante dos fluxos de caixa devidos (principal e juros vencidos). e adendas as cláusulas contratuais.

O Banco tem uma política de tolerância estabelecida que se aplica a empréstimos corporativos e de retalho.

Quando um activo financeiro é modificado, o Banco avalia se essa modificação resulta em desreconhecimento.

De acordo com a política do Banco, uma modificação resulta no desreconhecimento quando dá origem a termos substancialmente diferentes. Para determinar se os termos modificados são substancialmente diferentes dos termos contratuais originais, o Banco considera o seguinte:

- Os factores qualitativos, como fluxos de caixa contratuais após a modificação, não são mais capital e juros, alteração na moeda ou mudança na contraparte, a extensão das alterações nas taxas de juros, vencimento e cláusulas restritivas. Se estes não indicarem claramente uma modificação substancial, então;

Uma avaliação quantitativa é realizada para comparar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais remanescentes sob os termos originais com os fluxos de caixa contratuais sob os termos revistos, ambos os montantes descontados à taxa efectiva original.

Se a diferença no valor presente for maior que 90%, o Banco considera que a modificação é substancialmente diferente, levando ao desreconhecimento.

No caso em que o activo financeiro é desreconhecido, a provisão para perdas por imparidade (ECL) é remensurada à data de desreconhecimento para determinar a quantia líquida escriturada do activo nessa data.

A diferença entre este valor contabilístico revisto e o justo valor do novo activo financeiro com os novos termos levará a um ganho ou perda no desreconhecimento.

O novo activo financeiro terá uma provisão para perdas, mensurada com base na ECL de 12 meses, exceto nas raras ocasiões em que o novo empréstimo for considerado como originado com redução no valor recuperável de crédito.

Isso se aplica somente no caso em que o justo valor do novo empréstimo é reconhecido com um desconto significativo em relação ao seu valor nominal revisado, pois permanece um alto risco de incumprimento que não foi reduzido pela modificação.

O Banco monitora o risco de crédito dos activos financeiros modificados ao avaliar informações qualitativas e quantitativas, como, por exemplo, se o tomador está em situação de atraso nos novos termos.

Quando os termos contratuais de um activo financeiro são modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, o Banco determina se o risco de crédito do activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial comparando:

- APD remanescente ao longo da vida estimada com base nos dados no reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais;

- Com a PD remanescente na data de relato e com base nos termos modificados.

Para activos financeiros modificados como parte da política de tolerância do Banco, onde a modificação não resultou em desreconhecimento, a estimativa de PD reflete a capacidade do Banco de colectar os fluxos de caixa modificados levando em conta a experiência anterior do Banco, bem como vários indicadores comportamentais, incluindo o desempenho do pagamento do mutuário em relação aos termos contratuais modificados.

Se o risco de crédito permanecer significativamente mais alto do que o esperado no reconhecimento inicial, a provisão para perdas continuará a ser medida em um montante igual à ECL vitalícia.

A provisão para perdas com empréstimos diferidos geralmente só será mensurada com base na ECL de 12 meses, quando houver evidência de melhora do comportamento de reembolso após a modificação, levando a uma reversão do aumento significativo anterior no risco de crédito.

Quando uma modificação não leva ao desreconhecimento, o Banco calcula o ganho / perda de modificação comparando o valor contabilístico bruto antes e depois da modificação (excluindo a provisão ECL).

Em seguida, o Banco mede a ECL para o activo modificado, onde os fluxos de caixa esperados provenientes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa esperadas do activo original.

O Banco desreconhece um activo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram (incluindo a expiração resultante de uma modificação com termos substancialmente diferentes), ou quando o activo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do activo são transferidos para outra entidade.

Se o Banco não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continuar a controlar o activo transferido, o Banco reconhece sua participação retida no activo e um passivo associado para os valores que poderá ter de pagar.

Se o Banco reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro transferido, o Banco continua a reconhecer o activo financeiro e também reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos.

No momento do write off de um activo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contabilístico do activo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho/perda acumulada que tinha sido reconhecido no rendimento integral e acumulado nos capitais próprios é reconhecido em resultados, com a exceção do investimento de capital designado conforme mensurando ao justo valor através do rendimento integral, onde

o ganho/perda acumulada anteriormente reconhecida no rendimento integral não é subsequentemente reclassificado no resultado.

Imparidades

Imparidade colectiva

O modelo de imparidade do Banco toma em consideração as “perdas de crédito esperados (ECL)” e é aplicado aos seguintes instrumentos financeiros: activos financeiros classificados como instrumentos de dívida e compromissos e garantias financeiras emitidas.

Os instrumentos sujeitos a imparidade são divididos em três fases, tendo em conta a amplitude da deterioração do crédito desde o seu registo inicial:

- Fase 1: abrange activos sem degradação significativa de risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Neste caso, a imparidade reflecte perdas de crédito esperados resultantes de probabilidade de incumprimento que poderão ocorrer nos 12 meses seguintes à data de reporte.

Para os activos com uma maturidade inferior a 12 meses, as perdas de crédito esperados corresponde à maturidade remanescente.

- Fase 2: instrumentos em que se considera que ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objectiva de imparidade.

Neste caso, as perdas de crédito esperados baseiam-se na PD do período de vida útil, ou seja, representa a probabilidade de incumprimento que ocorra pelo remanescente período da vida útil estimado do activo financeiro.

- Fase 3: instrumentos financeiros para os quais existe evidência objectiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas.

À semelhança do Fase 2, a PD corresponde a perdas esperadas de crédito durante a vida útil do activo financeiro. As operações reestruturadas são consideradas na Fase 3.

O apuramento da perda esperada baseia-se em informações históricas e actuais e requer decisões de gestão, estimativas e pressupostos, particularmente nos seguintes domínios: avaliação da existência de um aumento significativo do risco desde o momento de reconhecimento inicial (SICR) e incorporação da informação forward-looking no cálculo da ECL.

As ECL reflectem o valor actual de todas as insuficiências de fluxos de caixa relacionadas com cenários de incumprimento sejam eles

(i) nos dozes meses seguintes, ou

(ii) ao longo da vida útil esperada de um instrumento financeiro, dependendo da deterioração do crédito desde o seu registo inicial. No entanto, a ECL é determinada através da multiplicação da probabilidade de incumprimento (probability of default – PD) e perda dado o incumprimento (loss given default – LGD).

Os parâmetros da ECL (PD e LGD) são determinados através de modelos estatísticos internos, e outros dados historicos relevantes, sendo que, para a sua determinação toma-se

em consideração ao seguinte:

- As PD são determinados através de um modelo estatístico que toma em consideração informação quantitativo e qualitativa do mutuário.

Neste termo, o Banco toma em consideração a performance e default acerca das exposições de risco de crédito e efectua-se análise por tipos de clientes e produtos, sendo que, os PD's são atribuídos em função do risco específico de cada mutuário.

- O Banco estima os parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada em defaults das contrapartes.

O modelo de LGD considera os colaterais associados aos financiamentos, o sector de actividade, o tempo de incumprimento, bem como os custos de recuperação.

Na determinação do LGD, o Banco considera apenas colaterais que se apresentam na forma tangível (imoveis habitacionais ou comerciais, equipamentos, valores monetários, Obrigações de tesouro e Bilhetes de tesouro), excluindo-se deste modo, colaterais que se apresentem na forma de cartas conforto, livranças, avales, entre outros.

Imparidade individual

Para os activos relativamente aos quais existe evidência objectiva de imparidade numa base individual, derogando-se o critério de identificação de activos individualmente significativos no formato presente na IAS 39 – “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”, tendo como referência a informação que consta da análise de crédito do Banco que considera, entre outros, os seguintes factores:

• Exposição global do cliente e natureza das responsabilidades contraídas junto do banco: operações financeiras ou não-financeiras nomeadamente, responsabilidades de natureza comercial ou garantias de boa execução;

• Análise de risco do cliente determinada através do acompanhamento regular do Banco a qual incorpora, entre outras, as seguintes características

(i) a situação económico-financeira do cliente;

(ii) o risco do sector de actividade em que opera;

(iii) a qualidade de gestão do cliente, medida pela experiência no relacionamento com o Banco e pela existência de incidentes;

(iv) a qualidade da informação contabilística apresentada;

(v) a natureza e montante das garantias associadas às responsabilidades contraídas junto do banco; e

(vi) o crédito em situação de incumprimento.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber designado por valor recuperável, descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

De salientar que o valor expectável de recuperação do crédito reflecte os fluxos de caixa que poderão resultar na execução das garantias ou colaterais associados ao crédito concedido, deduzido dos custos inerentes ao respectivo processo de recuperação.

Os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade, são igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade. Os activos avaliados individualmente e para os quais foi reconhecida uma perda por imparidade são excluídos das análises colectivas.

Definição de incumprimento

A definição de incumprimento é usada na mensuração da quantia de Perdas de crédito esperadas (ECL) e na determinação se a provisão para perdas é baseada em ECL de 12 meses ou vida útil, pois o incumprimento é um componente da probabilidade de incumprimento (PD) que afecta tanto a mensuração ECL e a identificação de um aumento significativo do risco de crédito.

O Banco considera os seguinte eventos como evidências de incumprimento:

i. o mutuário está vencido há mais de 90 dias em qualquer obrigação de crédito relevante para o Banco; ou

ii. é improvável que o mutuário pague integralmente suas obrigações de crédito ao Banco.

A definição de incumprimento é apropriadamente adaptada para reflectir características de diferentes tipos de activos.

Os descobertos são considerados como vencidos uma vez que o cliente tenha ultrapassado o limite estabelecido ou tenha sido informado de um limite menor do que o valor actual em aberto.

Ao avaliar se é improvável que o mutuário pague sua obrigação de crédito, o Banco leva em conta os indicadores qualitativos e quantitativos.

As informações avaliadas dependem do tipo de activo, por exemplo, em empréstimos corporativos, um indicador qualitativo usado é a quebra de cláusulas contratuais, o que não é relevante para empréstimos de retalho.

Indicadores quantitativos, como status de atraso e não pagamento de outra obrigação da mesma contraparte, são insumos fundamentais nessa análise.

O banco utiliza uma variedade de fontes de informação para avaliar o incumprimento, que são desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas.

Aumento significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos aos requisitos de imparidade para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas com base na duração ao

invés da ECL de 12 meses.

A política contabilística do Banco não é usar o expediente prático de considerar que os activos financeiros com risco de crédito “baixo” na data de relato financeiro não tiveram um aumento significativo no risco de crédito.

Como resultado, o Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos à redução do valor recuperável para um aumento significativo no risco de crédito.

Ao avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco compara o risco de ocorrência de uma incumprimento no instrumento financeiro na data do balanço com base no vencimento remanescente do instrumento com o risco de ocorrer um incumprimento.

Ao fazer essa avaliação, o Banco considera informações quantitativas e qualitativas que sejam razoáveis e sustentáveis, incluindo a experiência histórica e as informações prospectivas que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo, com base na experiência histórica do Banco e na avaliação de crédito especializada, incluindo estimativas futuras em formação.

Múltiplos cenários económicos formam a base para determinar a probabilidade de incumprimento (PD) no reconhecimento inicial e nas datas subsequentes. Cenários económicos diferentes levarão a uma probabilidade diferente de incumprimento.

É a ponderação desses diferentes cenários que formam a base de uma probabilidade média ponderada de incumprimento que é usada para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente.

Para empréstimos corporativos, as informações prospectivas incluem as perspectivas futuras das indústrias nas quais as contrapartes do Banco operam, obtidas de relatórios económicos de especialistas, analistas financeiros, órgãos governamentais, grupos de reflexão relevantes e outras organizações similares, bem como a consideração de vários departamentos internos.

E fontes externas de informações económicas reais e previstas. Para o retalho, as informações prospectivas de empréstimos incluem as mesmas previsões económicas que os empréstimos corporativos com previsões adicionais de indicadores económicos locais, particularmente para regiões com concentração em determinadas indústrias, bem como informações geradas internamente sobre o comportamento de pagamento de clientes.

O Banco atribui as suas contrapartes a um nível de risco de crédito interno relevante, dependendo da sua qualidade de crédito. A informação quantitativa é um indicador primário de aumento significativo no risco de crédito e é baseada na mudança na PD ao longo da vida comparando:

- i. A PD remanescente da vida do instrumento na data do balanço; com
- ii. A PD dp tempo de vida restante do instrumento para este momento que foi estimado com base em factos e circunstâncias no momento do reconhecimento inicial da exposição.

As PDs utilizadas são forward-looking e o Banco utiliza as mesmas metodologias e dados utilizados para mensurar a provisão para perdas na ECL.

Os factores qualitativos que indicam aumento significativo no risco de crédito são refletidos nos modelos de PD em tempo útil.

No entanto, o Banco ainda considera separadamente alguns factores qualitativos para avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente. Para empréstimos corporativos, há um enfoque particular em activos incluídos em uma “lista de observação”. Para empréstimos de consumo, o Banco considera a expectativa de tolerância, pontuações de crédito e eventos como desemprego, falência, divórcio ou morte.

Dado que um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial é uma medida relativa, uma mudança na PD será mais significativa para um instrumento financeiro com uma PD inicial mais baixa do que a um instrumento financeiro com uma PD mais alta.

Há um back-stop quando um activo se fica 30 dias em mora, o Banco considera que ocorreu um aumento significativo no risco de crédito e o activo está no estágio 2 do modelo de imparidade, ou seja, a provisão para perdas é medida como ECL vitalícia.

Transacções em moeda estrangeira (NIC 21)

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo a moeda funcional do Banco e moeda de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data de transacção.

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média diária divulgada pelo Banco de Moçambique à data de balanço, as diferenças de câmbio são reconhecidas em resultados no período a que respeitam.

Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do ano, ajustado por juros e pagamentos efectivos durante o ano, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio à vista no final do ano.

Activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado.

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à vista na data da transacção.

As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas nos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2018	2017
US Dollar	61.47	59.02
Euro	70.25	70.70
South African Rand	4.28	4.79
GBP	78.1	79.66
NGN	0.17	0.16

Passivos financeiros e capitais próprios

Os instrumentos de dívida e de capital próprio emitido são classificados como passivos financeiros ou como capital próprio de acordo com a substância do acordo contratual.

Um passivo financeiro é uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro activo financeiro ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para o Banco ou um contrato que será ou possa ser liquidado com instrumentos de capital próprio do Banco e é um contrato não derivativo pelo qual o Banco é ou pode ser obrigado a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio, ou um contrato derivativo sobre os capitais próprios líquidos que pode ser liquidado pela troca de uma quantia fixa em dinheiro. (ou outro activo financeiro) por um número fixo de instrumentos de capital próprio do Banco.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia uma participação residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitido pelo Banco são reconhecidos pelos recursos recebidos, líquidos dos custos directos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de capital do Banco é reconhecida e deduzida directamente no capital próprio.

Nenhum ganho/perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de capital próprio do Banco.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros “ao justo valor através de resultados” ou “outros passivos financeiros”.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros são classificados como ao justo valor através de resultados quando são

- (i) mantidos para negociação, ou
- (ii) designados como ao justo valor através de resultados.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- i. Foi incorrido principalmente para recomprá-lo no curto prazo; ou
- ii. No reconhecimento inicial, faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Banco administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- iii. é um derivativo que não é designado e

efectivo como instrumento de hedge.

Um passivo financeiro não mantido para negociação ou contraprestação contingente que pode ser pago por um adquirente como parte de uma combinação de negócios pode ser designado como FVTPL no reconhecimento inicial se:

- Tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que de outra forma surgir; ou
- O passivo financeiro faz parte de um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros ou ambos, que é gerenciado e seu desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada do Grupo ou estratégia de investimento, e informações sobre o agrupamento são fornecido internamente nessa base; ou
- Faz parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a NIRF 9 permite que todo o contrato híbrido (combinado) seja designado como FVTPL.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são demonstrados ao valor justo, com quaisquer ganhos / perdas resultantes de nova mensuração reconhecidos no resultado, na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada.

O ganho / perda líquido reconhecido no resultado inclui os juros pagos sobre o passivo financeiro e é incluído na conta do resultado líquido de outros instrumentos financeiros do valor justo por meio do resultado na conta de lucros ou perdas.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo depósitos e empréstimos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transacção. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efetivo.

O método de juros efetivos é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar a despesa de juros pelo período relevante.

O TJE é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor contabilístico líquido no reconhecimento inicial. Para detalhes sobre TJE, consulte a seção “receita líquida de juros” acima.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Banco desreconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Banco são liquidadas, canceladas ou vencidas.

A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro desreconhecido e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Quando o Banco troca com o credor existente um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Da mesma forma, o Banco contabiliza a modificação substancial dos termos de um passivo existente ou parte dele como extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo.

Presume-se que os termos sejam substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas usando a taxa efetiva original for pelo menos 10% diferente do presente descontado valor dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

Determinação do custo amortizado

O "custo amortizado" de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual o activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre o valor inicial reconhecido e o valor na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

Determinação do justo valor (NIRF 13)

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data de balanço. Adicionalmente procede à mensuração do justo valor dos instrumentos valorizados ao custo amortizado.

O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:

- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo.

O principal ou mais vantajoso mercado tem de estar acessível ao Banco.

O Justo valor do activo ou do passivo é mensurado através do pressuposto que os participantes de mercado utilizaram para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade de um participante no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo da maior e melhor maneira ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar da maior e melhor maneira.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das

variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontra-se reconhecido de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrito, baseado no mais baixo nível de inputs para a mensuração do justo valor:

- Nível 1 — Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração
- Nível 2 — Justo valor determinado com base em inputs de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para activo ou passivo, quer directamente ou indirectamente.
- Nível 3 — Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em inputs que não são baseados em informação observável em Mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de input para a mensuração do justo valor).

Garantias financeiras (NIC 37)

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede garantias financeiras, tais como Cartas de crédito, garantias e avales. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras (em "Outros passivos") ao justo valor, sendo o prémio recebido.

Em termos de mensuração subsequente, a responsabilidade do banco relativa a cada garantia é mensurada ao valor mais alto entre o montante inicialmente reconhecido menos amortizações acumuladas reconhecidas na demonstração de resultados e a melhor estimativa da despesa necessária para regularizar qualquer obrigação que possa decorrer em resultado da garantia.

Qualquer aumento no valor do passivo relativo à garantia financeira é reconhecido na demonstração de resultados em Gastos com perdas em créditos. O prémio recebido é reconhecido na demonstração de resultados em Rendimento líquido de taxas e comissões' numa base da vida útil da garantia.

Reconhecimento de crédito e gasto

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o banco, e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento de rédito obedece os seguintes critérios por rubrica:

Juros, rendimentos e gastos similares

Os rendimentos e gastos de juros para todos os instrumentos financeiros, excepto aqueles classificados como mantidos para negociação ou aqueles mensurados ou designados pelo valor justo, são reconhecidos na rubrica "Juros e rendimentos similares" como e "Juros e gastos similares" no resultado através do método da taxa de juros efectiva.

Os juros dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados são incluídos no movimento do

valor justo durante o período.

A taxa de juro efectiva (TJE) é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados do instrumento financeiro ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, num período mais curto, para o valor líquido actual do activo ou passivo financeiro.

Os fluxos de caixa futuros são estimados levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento. O cálculo do TJE inclui todas as taxas e pontos pagos ou recebidos entre as partes do contrato, que são incrementais e directamente atribuíveis ao contrato de empréstimo específico, aos custos de transação e a todos os outros prémios ou descontos.

Para os activos financeiros ao valor justo através de resultados, os custos de transação são reconhecidos no resultado no reconhecimento inicial.

O rendimento/gasto de juros é calculado aplicando-se a TJE ao valor contabilístico bruto de activos financeiros (ou seja, ao custo amortizado do activo financeiro antes do ajustamento de qualquer imparidade), ou ao custo amortizado de passivos financeiros.

Para os activos financeiros com perda de imparidade, o rendimento de juros é calculado aplicando-se a TJE ao custo amortizado dos activos financeiros com perda de imparidade (ou seja, o valor contabilístico bruto menos a provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs).

Para activos financeiros originados ou comprados com redução no valor recuperável de crédito (POCI), a TJE reflecte as ECLs na determinação dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recebidas do activo financeiro.

Rendimentos provenientes de serviços e comissões

Os rendimentos e gastos de comissões incluem outras taxas que não aquelas que são parte integrante da TJE.

As comissões incluídas nesta parte da demonstração de resultados incluem, entre outras coisas, comissões cobradas pelo serviço de um empréstimo, taxas de não utilização relacionadas com compromissos

	2018	2017
Edifícios arrendados		3
Equipamentos		4 - 10
Viaturas		4
Ferramentas e utensílios		10

O Banco efectua regularmente a análise da adequidade da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. Alterações na vida útil esperada dos activos são reconhecidas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratados como alterações de estimativas contabilísticas.

As despesas em edifícios arrendados são depreciadas em prazo compatível com a sua utilidade esperada no contrato de arrendamento.

Periodicamente, são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido dos activos exceda o valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na

de empréstimo, quando é improvável que resultem num acordo de empréstimo específico e comissões na sindicância de empréstimos

Gastos de honorários e comissões com relação a serviços são contabilizadas na medida que os serviços são recebidos.

Rendimento líquido em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras incluem todos os ganhos e perdas de variações no justo valor de activos financeiros e passivos financeiros mantidos para negociação.

O Banco optou por apresentar o movimento do justo valor dos activos e passivos mantidos para negociação nos resultados de operações financeiras, incluindo quaisquer rendimentos, gastos de juros e dividendos

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

Activos tangíveis (NIC 16)

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual.

Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento da posição financeira. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

demonstração dos resultados.

O Banco procede à reversão das perdas por imparidade caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação.

O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em :

- outros rendimentos operacionais ou
- outros gastos operacionais na demonstração de resultados no período em que o activo é

desreconhecido.

Activos intangíveis (NIC 38)

Os activos intangíveis incluem os valores de software (licenças). O software adquirido pelo Banco é registado ao custo menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como activo quando o Banco consegue demonstrar que a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento.

A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil.

O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e menos perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 a 5 anos.

Imparidade de activos não financeiros (NIC 36)

O Banco avalia no final de cada data de relato ou com maior frequência se eventos ocorram e alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro.

Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estimativa o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

A cada data de balanço, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido.

Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo, e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

A reversão da imparidade está limitada ao valor da quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

Impostos sobre rendimento (NIC 12)

Impostos correntes

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar às autoridades fiscais.

A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Contratos de locação

A determinação de se um acordo é ou contém operações de locação baseia-se na substância do acordo em relação a data de início e obriga a uma avaliação sobre se o cumprimento do acordo depende do uso de um bem ou bens específicos e se o acordo transmite o direito de usar o bem.

Locações operacionais – Banco como locatário

As locações que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um activo para o Banco são capitalizados na data inicial do contrato pelo valor justo do activo ou o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, seja qual for o menor e incluídos em activos tangíveis, com o passivo correspondente ao locatário a ser reconhecido em outros passivos financeiros.

Os activos tangíveis adquiridos através de locação são depreciados de acordo com o período de vida útil do contrato de locação, qualquer que seja o seu período mais reduzido.

Os pagamentos relativamente a locações são divididos de acordo com os planos financeiros, cujos passivos são reduzidos pela parte correspondente aos pagamentos de capital.

Os pagamentos de juros são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o exercício.

Os pagamentos associados a locações operacionais não são reconhecidas na posição financeira.

As locações operacionais são reconhecidas através de um método linear durante o período a que respeita a locação.

Dividendos sobre acções ordinárias (NIC 10)

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidos como passivo e deduzidas ao capital próprio quando são aprovadas pelos accionistas do Banco.

Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados quando não estão mais à disposição do Banco.

Dividendos para o fim do exercício que são aprovados após a data de balanço são divulgados como um evento subsequente.

Provisões (NIC 37)

Uma provisão é reconhecida se o Banco, como resultado de um evento passado, tiver uma obrigação presente legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que uma saída de benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação.

As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflecta as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e, eventualmente, os riscos específicos para o passivo.

Normas emitidas mas não efectivas ou revistas

NIRF 16 Locações

A NIRF 16 especifica os critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações.

A norma fornece um modelo único de contabilização de locações, exigindo que os locatários reconheçam activos e passivos que resultem de contratos de locação, a menos que o prazo do locação até 12 meses ou que o activo subjacente tenha um valor baixo.

Os locadores continuam classificando as locações como operacionais ou financeiras de acordo a abordagem anteriormente prevista na NIC 17

IFRIC 23 Incertezas no tratamento do imposto sobre o rendimento

Emenda aborda a determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas de impostos, quando há incerteza sobre os tratamentos do imposto de rendimento na NIC 12. Especificamente:

- Se os tratamentos fiscais devem ser considerados colectivamente;
- Pressupostos das autoridades fiscais;
- A determinação do lucro tributável (prejuízos fiscais), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas de impostos; e
- O efeito de alterações em factos e circunstâncias.

Emendas

Estrutura de Pré-Pagamento com Compensação Negativa (Alterações à NIRF 9)

Altera os requisitos existentes na IFRS 9 com relação aos direitos de rescisão, a fim de permitir a mensuração ao custo amortizado (ou, dependendo do modelo de negócio, pelo valor justo através de outros resultados integrais), mesmo no caso de pagamentos de compensação negativos.

Melhorias Anuais ao Ciclo de Normas NIRFS 2015-2017

Altera os seguintes padrões:

NIRF 3 e NIRF 11 - As alterações da NIRF 3 esclarecem que, quando uma entidade obtém o controlo de um negócio que é uma operação conjunta, deve remensurar os interesses anteriormente detidos nesse negócio.

As emendas à NIRF 11 clarificam que, quando uma entidade obtém o controlo conjunto de um negócio que é uma operação conjunta, a entidade não repassa as participações anteriormente detidas naquele negócio.

NIRF 12 – A emenda clarifica que as exigências do antigo parágrafo 52B (para reconhecer os impactos do imposto sobre rendimento de dividendos quando as transações ou eventos que geraram lucros a distribuir forem reconhecidas) se aplicam a todas as consequências do imposto sobre o lucro retirando o parágrafo 52A que lida apenas com situações em que existem taxas de imposto diferentes para lucros distribuídos e não distribuídos.

NIRF 23 – A emenda esclarece que se qualquer empréstimo específico permanecer em aberto após o activo relacionado estar pronto para

o uso ou venda pretendida, esse empréstimo torna-se parte dos fundos que uma entidade toma por empréstimo geralmente ao calcular a taxa de capitalização sobre empréstimos em geral.

Emendas a Referências à Estrutura Conceitual nas Normas Internacionais de Relato Financeiro

Conjuntamente com a Estrutura Conceptual revista e publicada em Março de 2018, o IASB também emitiu Emendas a Referências à Estrutura Conceptual nas NIRFS. O documento contém alterações a NIRF 2, NIRF 3, NIRF 6, NIRF 14, NIC 1, NIC 8, NIC 34, NIC 37, NIC 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC-32.

Nem todas as emendas, no entanto, actualizam esses pronunciamentos no que diz respeito a referências e citações da estrutura. Alguns pronunciamentos são actualizados apenas para indicar qual versão da estrutura eles estão referenciando (a estrutura IASC adotada pelo IASB em 2001, a estrutura do IASB de 2010, ou a nova estrutura revista de 2018) ou para indicar que as definições nas normas não foram atualizadas com as novas definições desenvolvidas e revistas na estrutura conceptual.

Definição de Negócio (Emendas à NIRF 3)

As emendas na definição de um negócio (emendas à NIRF 3) são mudanças no Apêndice A Termos Definidos, na orientação da aplicação e nos exemplos ilustrativos da NIRF 3 apenas.

A norma esclarece que, para ser considerado um negócio, um conjunto de atividades e activos adquiridos deve incluir, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de criar outputs; restringir as definições de uma empresa e de produtos, concentrando-se nos bens e serviços fornecidos aos clientes e removendo a referência à capacidade de reduzir custos; enriquecer a orientação e exemplos ilustrativos para ajudar as entidades a avaliar se um processo substantivo foi adquirido, remover a avaliação sobre se os participantes do mercado são capazes de substituir quaisquer insumos ou processos ausentes e continuar produzindo outputs; e adicionar um teste de concentração opcional que permita uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e activos adquiridos não é um negócio.

Definição de material (Modificações à NIC 1 e NIC 8)

A emenda clarifica a definição de 'material' e alinha com a definição usada na estrutura

Alterações nas políticas contabilísticas, estimativas e erros

Normas e interpretações e alterações

O Banco aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018.

O Banco não adoptou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou emenda que tenha sido emitida, mas que ainda não esteja em vigor.

A natureza e o efeito dessas mudanças são divulgados em seguida. Embora essas novas normas e alterações tenham sido aplicadas pela primeira vez em 2018, elas não tiveram um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco. A natureza e o impacto de cada nova norma ou emenda é descrita abaixo:

NIRF 9 Instrumentos Financeiros

A NIRF 9 Instrumentos Financeiros substituiu a NIC 39 Instrumentos Financeiros e reúne os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros, classificação e mensuração, impairment e contabilidade de hedge. Nenhum efeito material observado.

De acordo com a NIRF 15, o rédito é reconhecido como um valor que reflecte a contraprestação que uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma substituí todos os requisitos actuais de reconhecimento do rédito. Nenhum impacto material observado na aplicação desta norma.

NIRF 15 Rédito de Contratos com Clientes

A NIRF 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar o rédito proveniente de contratos com clientes.

2. Margem financeira

	2018	2017
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	10,035,195	17,873,841
Juros de bilhetes de tesouro	472,271,612	260,273,967
Juros do transacções no Mercado monetário interbancário	68,092,811	11,111,050
Juros de aplicações em instituições de crédito	15,379,517	19,752,338
Activos intangíveis	565,779,136	309,011,196
Juros e gastos similares		
Depósitos de clientes e recursos de outras instituições de crédito	(255,514,582)	(145,737,457)
	310,264,555	163,273,739

3. Rendimento de serviços e comissões líquidas

	2018	2017
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões	10,260,542	11,089,999
Taxa de transacções financeiras	3,794,569	2,659,750
	14,055,111	13,749,750
Encargos com serviços e comissões		
Outros encargos com serviços e comissões		
	(20,528,434)	(15,101,932)
	(6,473,323)	(1,352,182)

A rubrica de outros encargos com serviços e comissões, respeita a comissões de uso de cartões VISA e Mastercard electrónico.

4. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas apresentam-se como segue:

	2018	2017
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em operações cambiais	16,720,953	17,009,550
Perdas em operações financeiras		
Perdas em operações cambiais	(3,406,404)	(121,509)
	13,314,549	16,888,041

5. Outros rendimentos operacionais

	2018	2017
Outros rendimentos	1,959,638	17,015,427

6. Gastos com o pessoal

	2018	2017
Vencimentos e salários	114,196,785	100,450,694
Taxas	2,986,580	2,457,819
	117,183,366	102,908,513

7. Gastos administrativos

	2018	2017
Anúncios	5,357,694	2,691,506
Comunicações	7,173,586	7,755,306
Consumíveis	2,580,894	2,695,015
Seguros	3,076,889	2,940,009
Manutenção e reparação	2,530,962	1,858,339
Outros gastos	14,807,479	5,168,888
Honorários profissionais	9,035,006	6,428,054
Rendas	31,002,576	25,880,825
Segurança	4,234,763	4,118,369
Deslocações e despesas de representação	17,721,127	17,082,666
Água, Electricidade e Combustíveis	3,467,577	1,771,387
	100,988,552	78,390,365

8. Outros gastos operacionais

A rubrica outros gastos operacionais inclui multas pelo Banco central no exercício de 2018.

9. Impostos e taxas

Os impostos sobre o rendimento apresentam-se como segue:

	2018	2017
Imposto corrente	41,000,000	-

O imposto sobre o rendimento corresponde ao imposto retido na fonte sobre títulos do tesouro

9.1 A reconciliação da taxa efectiva de imposto para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é como segue

	2018	2017
Resultado antes de impostos	54,943,151	5,253,022
Correcções fiscais		
Despesas não dedutíveis		
Depreciações e reintegrações não dedutíveis	115,000	115,000
Despesas de publicidades não tributáveis	-	704,364
Realizações de utilidade social	-	5,715,959
Ajudas de custos pela utilização de viatura do trabalhador	5,059,973	4,067,152
Despesas de representação	348,821	252,377
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros	2,593,214	986,786
Impostos de bilhetes de tesouro	41,000,000	-
Perdas cambiais não realizadas	-	(2,635,848)
Outros	31,007,334	-
Rendimentos não tributáveis		
Juros de bilhetes de tesouro	(540,364,423)	-
(Prejuízos) / lucros fiscais a serem transferidos	(405,296,930)	14,458,812
Prejuízos fiscais de períodos anteriores (a)	-	(14,458,812)
Lucro tributável	-	-

(a) Os prejuízos fiscais dos anos anteriores não foram reconhecidos como Activos por impostos diferidos, porque o Conselho de Administração não acredita que os critérios definitos na NIC 12 para o seu reconhecimento

foram cumpridos.

9.2 Em 31 de Dezembro de 2018, o Banco apresenta prejuízos fiscais acumulados em 1 069 921 256 Meticais (2017: 664 524 326 Meticais) conforme a reconciliação abaixo:

	2018	2017
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	664,624,326	712,536,947
Prejuízos fiscais não utilizados	-	(33,453,809)
Prejuízos / (lucro) do exercício	405,296,930	(14,458,812)
	1,069,921,256	664,624,326

De acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais podem ser utilizados durante 5 anos. Os Prejuízos fiscais em referência a 31 de

Dezembro de 2018, que podem ser utilizados no mencionado período decompõem-se como segue:

Ano	Validade	Prejuízo fiscal	Valor utilizado	Saldo	Imposto diferido (32%)
2014	2019	80,773,175	(11,764,353)	69,008,822	22,082,823
2015	2020	349,456,228	-	349,456,228	111,825,993
2016	2021	246,159,276	-	246,159,276	78,770,968
2017	2022	-	-	-	-
2018	2023	405,296,930	-	651,456,206	129,695,018
		1,081,685,609	(11,764,353)	1,069,921,256	342,374,802

Impostos diferidos no montante de 342 347 802 Meticais não foram reconhecidos pois a administração acredita que não estão cumpridos os critérios de reconhecimento da NIC 12.

10. Caixa e disponibilidade em Banco Central

Os impostos sobre o rendimento apresentam-se como segue:

	2018	2017
Caixa		
Moeda estrangeira	18,056,749	4,389,103
Moeda nacional	13,376,485	37,159,185
	31,433,234	41,548,288
Depósitos no Banco de Moçambique		
Moeda estrangeira	111,605,318	28,827,381
Moeda Local	16,781,383	125,247,722
	128,386,701	154,075,104
	159,819,935	195,623,392

Uma parte dos saldos detidos junto do Banco de Moçambique estão em conformidade com as exigências do Banco Central para cumprir reservas obrigatórias.

A regra aplicável em 31 de Dezembro de 2018, especificado pelo aviso do Banco Central, estabelece que as instituições financeiras têm de manter um saldo médio periódico de 14% em moeda local e 27% em moeda estrangeira

11. Disponibilidades sobre instituições de crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2018	2017
Bancos nacionais		
Moeda estrangeira	954	916
Moeda local	303,739	759,530
	304,693	760,446
Bancos estrangeiros		
Moeda estrangeira	28,883,607	34,365,293
	29,188,301	35,125,738

O valor desta rubrica representa o somatório de saldos nas contas nostro do Banco junto de outros bancos. Trata-se de saldos de liquidez imediata.

12. Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em instituições de crédito estão detalhadas abaixo:

	2018	2017
Mercado monetário interbancário	101,067,171	81,066,527
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	446,841,420	394,741,754
	547,908,591	475,808,281

As aplicações no mercado monetário interbancário representam depósitos de curto prazo com o Banco Central, com juros de 14,25% e data de vencimento de 02 de janeiro de 2018.

As aplicações em outras instituições de crédito estrangeiras representam dois depósitos de

curto prazo, um com a UBA Nigéria, no valor de US\$ 2 000.000, com juros de 6% e com data de vencimento de 28 de Fevereiro de 2019, com a UBA Guine, no montante de US\$ 3 000 000, com juros de 5% e com data de vencimento de 10 de janeiro de 2019, e com UBA Congo no montante de US\$ 2 250 000, com juros de 9% e data de maturidade em 26 de Abril de 2019.

de todos os depósitos de clientes. A reserva de caixa mínima exigida em referência a 31 de Dezembro de 2018 ascende a 171 355 810 Meticais (152 525 721 Meticais em 2017). Estes depósitos obrigatórios não são remunerados e não são considerados como elementos de caixa e seus equivalentes na demonstração do fluxo de caixa.

13. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos a clientes apresentam-se como segue:

	2018	2017
Empréstimos de médio e longo prazo		
Moeda nacional	59,359,235	175,908,757
Descobertos		
Moeda nacional	-	45,369,729
	59,359,235	221,278,486
Menos: Perdas por imparidades	13,837,347	(186,239,060)
	45,521,889	35,039,427

A maturidade dos empréstimos e contas a receber apresenta-se como segue:

	2018	2017
Até 3 meses	7,773,762	86,831,643
Mais de 3 meses até 1 ano	4,235,397	11,721,393
De 1 ano até 5 anos	33,052,681	105,865,478
Mais de 5 anos	14,297,395	16,859,972
	59,359,235	221,278,486

A carteira de crédito, em 31 de Dezembro de 2018, apresenta, essencialmente, vencimentos até 3 meses, de 3 meses a 1 ano e de 1 ano a 5 anos, e são descontados a uma taxa média de 14%. Esta taxa média representa a taxa variável

actual com a do final do ano.

Análise do movimento das perdas por imparidade é apresentada como segue::

Perdas esperadas (ECL)				2018	2017
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	diferido (32%)
Saldo em 1 de Janeiro	394,348	419,234	185,425,478	186,239,060	636,912,628
Imparidade do período	340,854	(419,234)	78,380	-	-
Writte offs	-	-	(172,405,968)	(172,405,968)	(450,673,569)
Saldo em 31 de Dezembro	735,202	-	13,097,890	13,833,092	186,239,059

14. Investimentos em títulos

	2018	2017
Bilhetes de tesouro	2,409,529,730	2,309,729,381
SIMO - Sociedade Interbancária de Moçambique	2,682,287	2,682,287
	2,412,212,017	2,312,411,668

Os bilhetes de tesouro são investimentos de curto prazo e são mensurados ao custo amortizado.

A 31 de Dezembro de 2018, a análise dos investimentos em títulos por período de vencimento apresenta-se como segue:

	2018	2017
3 a 12 meses	2,409,529,730	2,309,729,381

O movimento dos investimentos em títulos durante os exercícios findos em 31 de

Dezembro de 2018 e 2017 apresentam-se como segue:

	2018	2017
Saldo em 1 de Janeiro	2,309,729,381	185,242,464
Aumentos	2,731,245,779	2,757,031,867
Reembolsos	(2,631,445,429)	(632,544,951)
Saldo em 31 de Dezembro	2,409,529,730	2,309,729,381

Instrumentos de capital próprio da SIMO ao justo valor através de outro rendimento integral

O Banco designou alguns investimentos em instrumentos de capital próprio no rendimento

integral, uma vez que estes são investimentos que o Banco planeia manter a longo prazo por razões estratégicas.

A tabela abaixo mostra esses investimentos:

	2018	2017
Justo valor		
SIMO - Sociedade Interbancária de Moçambique	2,682,287	2,682,287
Dividendo		
SIMO - Sociedade Interbancária de Moçambique	-	-

Não há mercado activo para este instrumento financeiro. Devido ao facto de que a sociedade SIMO está na fase de consolidação das suas operações, o justo valor não pode ser determinado com segurança.

Portanto, esse investimento financeiro foi mensurado pelo custo. O banco não tem

intenção de alienar o investimento.

Além disso, todas as informações relevantes disponíveis na data de apresentação do relatório indicam que não há evidência objectiva que possa indicar que esse activo financeiro estaria em imparidade e, como tal, nenhuma redução ao valor

	2018	2017
Justo valor		
SIMO - Sociedade Interbancária de Moçambique	2,682,287	2,682,287

15. Outros activos

	2018	2017
Despesas pré-pagas	9,888,820	12,257,550
Activos recuperados	11,048,890	10,821,190
Outras contas a receber	106,944,945	20,920,633
	127,882,655	43,999,373

Activos recuperados representam o valor de venda da propriedade recuperada pelo Banco, por decisão judicial.

ATM's UBA. Estes valores foram compensados em Janeiro de 2019.

Compensação - ATM refere-se à retirada de quantias de cartões de outros bancos nas

Os outros activos são mensurados pelo custo amortizado e encontram-se detalhados abaixo:

	2018	2017
Compensação – ATM	3,404,935	1,375,794
Retenções na fonte	100,159,042	18,438,980
Devedores diversos	3,380,968	1,105,859
	106,944,945	20,920,633

16. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Obras em edifícios arrendados	Equipamentos	Viaturas	Trabalhos em curso	Total
Em 1 de Janeiro 2017	13,877,661	47,332,969	13,339,452	895,330	189,933,344
Adições	-	12,091,791	-	-	12,091,791
Transferência	-	866,205	-	(866,205)	-
Em 31 de Dezembro de 2017	13,877,661	60,290,965	13,339,452	29,125	87,537,203
Adições	-	2,812,834	7,881,070	5,392,106	16,086,009
Em 31 de Dezembro de 2018	13,877,661	63,103,799	21,220,522	5,421,231	103,623,212
Depreciações					
Em 1 de Janeiro 2017	12,940,019	33,121,099	12,945,703		59,006,820
Depreciações do exercício	763,815	6,155,776	315,000		7,234,591
Em 31 de Dezembro de 2017	13,703,834	39,276,875	13,260,703		66,241,411
Depreciações do exercício	97,422	7,314,286	906,701		8,318,409
Em 31 de Dezembro de 2018	13,801,256	46,591,160	14,167,404		74,559,820
Valor contabilístico					
Em 1 de Janeiro de 2017	937,642	14,211,871	393,749	895,330	16,438,592
Em 31 de Dezembro de 2017	173,827	21,014,090	78,749	29,125	21,295,792
Em 31 de Dezembro de 2018	76,405	16,512,638	7,053,117	5,421,231	29,063,392

Nenhum dos activos do Banco se encontra sujeito a penhora e hipoteca em referência a 31 de Dezembro de 2018 e 2017.

17. Activos intangíveis

O movimento dos activos intangíveis é o seguinte:

	Software	Trabalho em curso	Total
Em 1 de Janeiro de 2017	11,819,060	1,401,859	13,220,919
Adições	709,304	(1,237,078)	(527,773)
Transferência	1,237,078	-	1,237,078
Em 31 de Dezembro de 2017	13,765,442	164,782	13,930,223
Adições	-	8,847,560	8,847,560
Amortizações			
Em 1 de Janeiro de 2017	8,569,047		8,569,047
Amortizações do exercício	2,038,534		2,038,534
Em 31 de Dezembro de 2017	8,569,047		10,607,581
Amortizações do exercício	1,553,173		1,553,173
Em 31 de Dezembro de 2018	10,122,220	1,401,859	12,160,755
Em 1 de Janeiro de 2017	3,250,013	1,401,859	4,651,872
Em 31 de Dezembro de 2018	3,643,221	9,012,341	10,617,028

Os activos intangíveis em curso referem-se principalmente a despesas incorridas para a prestação de serviços de implementação de cartões e Códigos instantâneos. Esses serviços ainda não foram concluídos no final do período do relatório.

18. Depósitos de clientes

Depósitos e contas correntes apresentam-se como segue:

	2018	2017
Depósitos a ordem		
Moeda estrangeira	104,669,434	94,860,597
Moeda nacional	1,052,958,334	585,770,948
	1,157,627,768	680,631,545
Depósitos a prazo		
Moeda estrangeira	260,872,658	90,178,498
Moeda nacional	186,196,975	560,052,744
	447,069,633	650,231,242
Depósitos caução		
Moeda nacional	1,692,802	2,274,967
	1,606,390,203	1,333,137,754
À ordem	1,322,948,850	1,023,746,536
De 3 a 12 meses	283,441,353	309,241,218
De 1 a 2 anos	-	150,000
	1,606,390,203	1,332,987,754

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresenta-se como segue:

	2018	2017
À ordem	1,322,948,850	1,023,746,536
De 3 a 12 meses	283,441,353	309,241,218
De 1 a 2 anos	-	150,000
	1,606,390,203	1,332,987,754

Os depósitos à ordem incluem contas correntes e outras contas de poupança com taxas de juros marginais. Os depósitos a prazo, com vencimentos a 12 meses, foram constituídos

com taxas de juros entre 3,5% e 15,75%. Esta taxa média representa a taxa variável actual no final do ano.

	2018	2017
Recursos de outras instituições de crédito	271,873,000	348,218,000

Os recursos de outras instituições de crédito representam financiamentos de médio prazo obtidos do UBA Uganda no montante de US\$ 2 500 000, taxa de juros de 5,75% e maturidade em 28 de Fevereiro de 2019; UBA Tanzania no montante de US\$ 1 000 000, taxa de juros de 5%

e maturidade em 10 de Janeiro de 2019; UBA Congo Brazzaville, no montante de US\$ 400 000, taxa de juros de 5% e maturidade em 8 de Fevereiro de 2019; UBA Gana, no montante de US\$ 500 000, taxa de juros de 5% e maturidade em 10 de Janeiro de 2019.

20. Outros passivos

	2018	2017
Cheques e ordens a pagar	2,821,501	3,665,714
Compensação - ATM	5,231,028	3,697,860
Acréscimos	21,365,094	3,890,170
Outras contas a pagar	16,244,857	5,671,841
	45,662,479	16,925,584

Acréscimos incluem acréscimos para multas não pagas ao regulador no montante de 18 807 334 Meticais (2017: 0).

(2017: 2 866 858); 2) Segurança social 516 134 Meticais (2017: 394 543 Meticais); 3) Outros acréscimos no montante de 5 725 050 Meticais (2017: 0); 4) Outras responsabilidades 1 810 781 (2017: 1 413 192 Meticais)

Os outras contas a pagar incluem: 1) Retenções na fonte no montante de 3 169 540,89 Meticais

21. Capital Social

O capital social do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

	2018	2017
UBA - United Bank for Africa, PLC	1,669,655,000	1,669,655,000
African Prudential PLC	22,015,000	22,015,000
Afriland Properties, PLC	53,037,000	53,037,000
Adejare Rasheed Olaoluwa	3,000	3,000
Emmanuel Nwabuiku nnorom	2,000	2,000
	1,744,712,000	1,744,712,000

O capital integralmente subscrito e realizado compreende 1 744 712 (2017: 1 744 712) acções ordinárias conforme o detalhe abaixo:

	2018	2017
UBA - United Bank for Africa, Plc	1,669,655	1,669,655
African Prudential Plc	22,015	22,015
Afriland Properties, Plc	53,037	53,037
Adejare Rasheed Olaoluwa	3	3
Emmanuel Nwabuiku Nnorom	2	2
	1,744,712	1,744,712

22. Prémios de emissão

O prémio de emissão apresenta-se como segue:

	2018	2017
Prémios de emissão	571,653,523	571,653,523

23. Reserva legal

Nos termos da legislação moçambicana, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 15% dos seus lucros líquidos auditados, até que seja igual ao capital social.

A reserva não pode ser distribuída, mas pode ser usada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital. As reservas foram constituídas sobre o lucro do exercício de 2017.

24. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2018	2017
Depreciações	8,318,409	7,234,591
Amortizações	1,553,173	2,038,534
Perdas por imparidade do exercício	5,071,433	-
Ajustamentos nos resultados transitados	-	(116,390)
	14,943,015	9,156,735

25. Variações nos activos e passivos operacionais

	2018	2017
Variação de activos operacionais		
Empréstimos e adiantamentos	(15,553,895)	2,632,641
Outros activos	(83,883,282)	(22,480,080)
	(99,437,177)	(19,847,439)
Variação de passivos operacionais		
Depósitos de clientes	273,252,449	350,023,177
Depósitos de outras instituições de crédito	(76,345,000)	348,218,000
Outros passivos	28,736,895	(7,076,946)
	225,644,344	691,164,231
Variação líquida de activos e passivos operacionais	126,207,167	671,316,792

26. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa encontram-se desagregados abaixo:

	2018	2017
Caixa		
Moeda estrangeira	18,056,749	4,389,103
Moeda nacional	13,376,485	37,159,185
	31,433,234	41,548,288
Depósitos no Banco de Moçambique		
Moeda estrangeira	111,605,318	28,827,381
Moeda nacional	16,781,383	125,247,722
	128,386,701	154,075,104
Depósitos em outras instituições de crédito	29,188,301	35,125,738
Outros investimentos de curto prazo, altamente líquidos		
Mercado monetário interbancário	101,067,171	81,066,527
Aplicações em outras instituições de crédito	446,841,420	445,657,500
	547,908,591	526,724,027
Menos: Reservas obrigatórias no Banco de Moçambique	(171,355,810)	(152,525,721)
	565,561,016	604,947,436

27. Instrumentos financeiros

27.1 A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte:

2018	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	159,819,935	-	159,819,935
Depósitos sobre instituições de crédito	29,188,301	-	29,188,301
Aplicações em instituições de crédito	547,908,591	-	547,908,591
Investimentos em títulos	2,409,529,730	2,682,287	2,412,212,017
Empréstimos e adiantamentos a clientes	45,521,889	-	45,521,889
Outros activos	106,944,945	-	106,944,945
	3,298,913,391	2,682,287	3,301,595,677

	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Depósitos de clientes	1,606,390,203	1,606,390,203
Depósitos de outras instituições de crédito	271,873,000	271,873,000
Outros passivos	29,417,622	29,417,622
	1,907,680,825	1,907,680,825

2017	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através do rendimento integral	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	195,623,392	-	195,623,392
Depósitos sobre instituições de crédito	35,125,738	-	35,125,738
Aplicações em instituições de crédito	475,808,281	-	475,808,281
Investimentos em títulos	2,309,729,381	2,682,287	2,312,411,668
Empréstimos e adiantamentos a clientes	35,039,427	-	35,039,427
Outros activos	43,999,373	-	43,999,373
	3,095,325,592	2,682,287	3,098,007,879

	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Depósitos de clientes	1,333,137,754	1,333,137,754
Depósitos de outras instituições de crédito	348,218,000	348,218,000
Outros passivos	11,253,743	11,253,743
	1,692,609,497	1,692,609,497

27.2 Justo valor dos instrumentos financeiros
Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não

observáveis no mercado.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado activo. Para Títulos do Governo para os quais não existe um mercado activo, o Banco utiliza o modelo de desconto.

O Justo valor de instrumentos não cotados, os empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros é estimado de acordo com os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para a dívida em condições semelhantes, o risco de crédito e vencimentos remanescentes.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	159,819,935	-	159,819,935
Depósitos sobre instituições de crédito	-	29,188,301	-	29,188,301
Aplicações em instituições de crédito	-	547,908,591	-	547,908,591
Investimentos em títulos	-	-	2,412,212,017	2,412,212,017
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	45,521,889	45,521,889
Outros activos	-	-	106,944,945	106,944,945
	-	736,916,826	2,564,678,851	3,301,595,677

Passivos financeiros				
Depósitos de clientes	-	1,606,390,203	-	1,606,390,203
Depósitos de outras instituições de crédito	-	271,873,000	-	271,873,000
Outros passivos	-	45,662,479	-	45,662,479
	-	1,923,925,682	-	1,923,925,682

2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	195,623,392	-	195,623,392
Depósitos sobre instituições de crédito	-	35,125,738	-	35,125,738
Aplicações em instituições de crédito	-	475,808,281	-	475,808,281
Investimentos em títulos	-	-	1,795,146,089	1,795,146,089
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	24,534,352	24,534,352
Outros activos	-	-	43,999,373	43,999,373
	-	681,185,959	1,863,679,814	2,544,865,773

Passivos financeiros				
Depósitos de clientes	-	-	1,308,240,886	1,308,240,886
Depósitos de outras instituições de crédito	-	-	346,836,748	346,836,748
	-	-	1,655,077,634	1,655,077,634

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores financeiros do banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações líquidas contabilísticas dos instrumentos financeiros.

Perdas esperadas (ECL)	2018		2017	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Activos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	159,819,935	159,819,935	195,623,392	195,623,392
Depósitos sobre instituições de crédito	29,188,301	29,188,301	35,125,738	35,125,738
Aplicações em instituições de crédito	547,908,591	547,908,591	475,808,281	475,808,281
Investimentos em títulos	2,412,212,017	2,412,212,017	2,312,411,668	2,312,411,668
Empréstimos e adiantamentos a clientes	45,521,889	45,521,889	35,039,427	35,039,427
Outros activos	106,944,945	106,944,945	43,999,373	43,999,373
	3,301,595,677	3,301,595,677	3,098,007,879	3,098,007,879
Passivos financeiros				
Depósitos de clientes	1,606,390,203	1,606,390,203	1,333,137,754	1,308,240,886
Depósitos de outras instituições de crédito	271,873,000	271,873,000	348,218,000	346,836,748
Outros passivos	29,417,622	29,417,622	11,253,743	1,655,077,634
	1,878,263,203	1,878,263,203	1,681,355,754	1,655,077,634
	1,423,332,475	1,423,332,475	1,416,652,125	1,442,930,245

O Conselho de Administração considera que o saldo de caixa bancos se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- O justo valor dos instrumentos financeiros

mensurados ao custo amortizado, são obtidos através do valor presente.

- Os activos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes do Tesouro variando entre 14.08% a 16%. Os passivos financeiros são descontados a taxas que variam entre 12% a 15%.

- Todas as avaliações que exigem a utilização do modelo de fluxos de caixa descontados, exige que a administração avalie os pressupostos sobre o modelo dos inputs incluindo previsão de fluxos de caixa, a taxa de desconto, o risco de crédito e volatilidade.

28. Partes relacionadas

	2018	2017
Saldos devedores		
Aplicações em outras instituições de crédito	445,657,500	394,741,754
Saldos credores		
Recursos de outras instituições de crédito	271,873,000	348,218,000
Transacções:		
Redumendação dos administradores	1,649,875	1,276,380
	1,649,875	1,276,380

Os saldos acima mencionados surgiram do curso normal da actividade do UBA (Moçambique), SA.

As taxas de juros cobradas para /e por partes relacionadas são as praticadas pelos bancos comerciais no mercado.

Os Saldos em aberto no final do ano não são garantidos e não há garantias prestadas ou recebidas por quaisquer créditos com partes relacionadas ou pagamentos.

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2018, o Banco não tem quaisquer dívidas de cobran-

ça duvidosa relativas a valores de propriedade de partes relacionadas.

As Remunerações de órgãos de gestão referem-se à remuneração dos directores e pessoal chave do Conselho de Administração, que são

29. Contigências e compromissos

Contigências

	2018	2017
Garantias	414,370,649	39,549,298

Locações operacionais – banco como locatário

O Banco celebrou contratos de locação operacional relativos a agências e instalações onde funciona a sua sede social.

Estas locações têm duração média de um a dez anos, com opção de renovar o contrato após o

	2018	2017
Até um ano	21,762,428	21,762,428
Entre um e cinco anos	87,049,711	87,049,711
Mais de cinco anos	130,574,567	108,812,139
	239,386,705	217,624,278

30. Gestão do Risco, objectivos e políticas

A gestão de risco é parte essencial para o sucesso do Banco, desempenhando um papel essencial na gestão, permitindo operar mais efectivamente, num ambiente em constante mudança.

Ao longo do tempo, desenvolveu-se e transformou-se numa das capacidades básicas do Banco e é vital para a avaliação de estratégias alternativas e na fixação de objectivos, tudo isto dentro da estrutura de gestão de risco que garante o alinhamento com o grau de tolerância ao risco e com a estratégia global do grupo.

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício.

Com o objetivo de apoiar o Conselho de Administração, foram criadas os seguintes comités.

- Comité de Activos e Passivos (ALCO) – Objectivo é gerir os activos e passivos como um todo.
- Comité de Desenvolvimento de Negócio – Para o acompanhamento de todas as questões relacionadas ao crédito e desenvolvimento de negócios.
- Comité de Risco - Para controlar os riscos operacionais inerentes ao banco interna e externamente.
- Comité de Gestão – Para discutir e resolver questões bancárias diárias internas.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco.

As contra-partes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminuam. O risco de crédito que o banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e

pagos pela UBA Plc (empresa-mãe) e, posteriormente, cobrados a UBA Moçambique.

Todas as remunerações dos directores, são benefícios de curto prazo.

vencimento.

Os valores dos contratos são ajustados anualmente para reflectir a inflação do mercado.

As rendas mínimas a pagar de operações de locação operacional irrevogáveis eram as seguintes à data de 31 de Dezembro 2018:

retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades.

Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode ser exposto a outros riscos de crédito.

Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais.

Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.

A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Gestão do risco de créditos

O comité de crédito do banco é responsável por gerir o risco de crédito do banco:

- Assegurar que o Banco tenha práticas de risco de crédito adequadas, incluindo um sistema eficaz de controlo interno, para determinar consistentemente as provisões adequadas de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos pelo Banco, com as NIRF's e com as orientações pertinentes de supervisão.
- Identificar, avaliar e medir o risco de crédito em todo o Banco, de um instrumento individual para um nível de carteira.
- Criar políticas de crédito para proteger o Banco contra os riscos identificados, incluindo os requisitos para obter garantias dos tomadores de empréstimos, realizar uma avaliação de crédito contínua e robusta dos tomadores de empréstimos e monitorar continuamente as exposições em relação aos limites internos de risco.
- Limitar as concentrações de exposição por tipo de activo, contrapartes, indústria, classificação de crédito, localização geográfica, etc.

• Estabelecer uma estrutura robusta de controlo sobre a estrutura de autorização para a aprovação e renovação de linhas de crédito.

• Desenvolver e manter a classificação de risco do Banco para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de incumprimento. As notas de risco estão sujeitas a revisões regulares.

• Desenvolver e manter os processos do Banco para medir as Perdas de crédito esperadas (ECL), incluindo o monitoramento do risco de crédito, a incorporação de informações prospectivas e o método usado para medir a ECL.

• Assegurar que o Banco tenha políticas e procedimentos em vigor para manter e validar adequadamente os modelos usados para avaliar e medir ECL.

• Estabelecimento de um processo de avaliação e avaliação contabilístico de risco de crédito sólido que forneça uma base sólida para sistemas, ferramentas e dados comuns para avaliar o risco de crédito e contabilizar a ECL.

Fornecer orientação e habilidades especializadas às unidades de negócios para promover as melhores práticas em todo o Banco na gestão do risco de crédito.

A função de auditoria interna realiza auditorias regulares, certificando-se de que os controlos e procedimentos estabelecidos sejam adequadamente projectados e implementados.

Aumento significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros que estão sujeitos a exigências de imparidade para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Caso tenha havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco calcula a provisão para perdas com base na ECL ao longo da vida, em vez de 12 meses.

Ratings interno de risco de crédito

Para minimizar o risco de crédito, o Banco encarregou comité de crédito para desenvolver e manter a classificação de risco de crédito do Banco de modo a categorizar as exposições de acordo com seu grau de risco de incumprimento.

A estrutura de classificação de risco de crédito do Banco é composta por dez categorias. As informações de classificação de crédito são baseadas em uma série de dados que são determinados como preditivos do risco de incumprimento e da aplicação de julgamentos.

A natureza da exposição e o tipo de mutuário são considerados na análise. As notas de risco de crédito são definidas usando factores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento.

As classificações de risco de crédito são projectadas e calibradas para reflectir o risco de incumprimento na medida que o risco de crédito se deteriora.

À medida que o risco de crédito aumenta, a diferença no risco de incumprimento os rating também são alterados. Cada exposição é alocada a uma classificação de risco de crédito no reconhecimento inicial, com base nas informações disponíveis sobre a contraparte.

Todas as exposições são monitoradas e a nota de risco de crédito é actualizada para reflectir as informações actuais. Os procedimentos de monitoramento seguidos são gerais e adaptados ao tipo de exposição.

Os dados a seguir são normalmente usados para monitorar as exposições do Banco:

- Registo de pagamento, incluindo índices de pagamento e análise de envelhecimento;
- Extensão de utilização do limite concedido;
- Alterações nas condições comerciais, financeiras e económicas;
- Informações de rating de crédito fornecidas por agências externas de rating;
- Para exposições de retalho: dados gerados internamente do comportamento do cliente, métricas de acessibilidade etc. ; e
- Para exposições corporativas: informações obtidas por revisão periódica de cadastros de clientes, incluindo revisão de demonstrações financeiras auditadas, dados de mercado, como obrigações cotadas, quando disponíveis, alterações no sector financeiro que o cliente opera, etc.

O Banco usa as classificações de risco de crédito como uma entrada principal na determinação da estrutura a termo da PD para exposições.

O Banco coleta informações de desempenho e incumprimento sobre suas exposições ao risco de crédito analisadas por jurisdição ou região e por tipo de produto e mutuário, bem como por classificação de risco de crédito. As informações utilizadas são internas e externas, dependendo do portfólio avaliado.

O Banco analisa todos os dados colectados usando modelos estatísticos e estima a PD de vida restante das exposições e como elas devem variar ao longo do tempo.

Os factores considerados nesse processo incluem dados macroeconómicos, como crescimento do PIB, desemprego, taxas de juros de referência e preços da habitação.

O Banco gera um cenário base da direcção futura de variáveis económicas relevantes, bem como uma variedade representativa de outros cenários possíveis de previsão.

O Banco então usa essas previsões, que são ponderadas pela probabilidade, para ajustar suas estimativas de PD's.

Os compromissos de empréstimo são avaliados juntamente com a categoria de empréstimo que o Banco está comprometido a fornecer, ou seja, os compromissos para fornecer hipotecas são avaliados usando critérios semelhantes aos empréstimos hipotecários, enquanto os compromissos de empréstimos corporativos são avaliados usando critérios semelhantes aos empréstimos corporativos.

Independentemente do resultado da avaliação acima, o Banco presume que o risco de crédito em um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias, a menos que o Banco tenha informações razoáveis e suportáveis que demonstrem o contrário.

O Banco possui procedimentos de monitoria para garantir que os critérios usados para identificar aumentos significativos no crédito sejam efectivos, o que significa que um aumento significativo no risco de crédito é identificado antes que a exposição esteja em incumprimento ou quando o activo se torne 30 dias em mora.

O Banco realiza testes periódicos de seus ratings para avaliar se os factores de risco de crédito que levaram ao incumprimento foram reflectidos com precisão no rating em tempo útil.

Incorporação de informação prospectiva

O Banco usa informações prospectivas que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, bem como na mensuração da ECL.

O Banco emprega especialistas que usam informações externas e internas para gerar um cenário de base de previsão futura de variáveis económicas relevantes, juntamente com uma variedade representativa de outros cenários possíveis.

As informações externas utilizadas incluem dados económicos e previsões publicadas por órgãos governamentais e autoridades monetárias.

O Banco aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Banco para o planeamento estratégico e orçamento.

O Banco identificou e documentou os principais factores de risco de crédito e perdas de crédito para cada carteira de instrumentos financeiros e, usando uma análise estatística de dados históricos, estimou as relações entre variáveis macroeconómicas e risco de crédito e perdas de crédito.

O Banco não efectuou alterações nas técnicas de estimativa ou nas premissas significativas feitas durante o período coberto pelo relatório. Mensuração da ECL

Os principais insumos usados para a mensuração da ECL são:

- Probabilidade de incumprimento (PD);
- Perda dado o incumprimento (LGD); e
- Exposição na data do incumprimento (EAD).

Como explicado acima, esses dados são geralmente derivados de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e outros dados históricos e são ajustados para reflectir as informações prospectivas ponderadas pela probabilidade.

A PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Estima-se como um ponto no tempo.

O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística e é avaliado utilizando ferramentas de classificação adaptadas às várias categorias de contrapartes e exposições.

Estes modelos estatísticos baseiam-se em dados de mercado (quando disponíveis), assim como dados internos que compreendem tanto factores quantitativos como qualitativos.

As PD's são estimadas considerando os vencimentos contratuais das exposições e as taxas estimadas de pagamento antecipado.

A estimativa é baseada nas condições actuais, ajustadas para levando conta as estimativas de condições futuras que afetarão a PD.

A LGD é uma estimativa da perda decorrente do incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de qualquer garantia.

Os modelos de LGD para activos garantidos consideram as projecções de avaliação de garantias futuras levando em conta os descontos de venda, o tempo até a realização da garantia, a cobertura cruzada e créditos, custo de realização das garantias e taxas de cura (ou seja, saída do status incumprimento).

Os modelos de LGD para activos sem garantia consideram o tempo de recuperação, taxas de recuperação e reclamações.

O cálculo é feito com base no fluxo de caixa descontado, em que os fluxos de caixa são descontados pela TJE original do empréstimo.

EAD é uma estimativa da exposição na data de incumprimento futura, levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data do balanço, incluindo pagamentos de principal e juros, e perdas esperadas em nas prestações vencidas.

A abordagem de modelagem do Banco para EAD reflecte as alterações esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo de acordo com termos contratuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado ou pagamento excessivo.

O Banco usa modelos EAD que reflectem as características das carteiras.

O Banco mensura a ECL considerando o risco de incumprimento sobre o período contratual máximo (incluindo opções de extensão) sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito e não um período mais longo, mesmo que a extensão ou renovação de contrato seja prática comercial comum.

No entanto, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de cheque especial que incluem um empréstimo e uma componente de descoberto não utilizado, a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar o descoberto não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual.

Para tais instrumentos financeiros, o Banco mensura a ECL durante o período em que está exposto ao risco de crédito e a ECL não seria mitigada por acções de gestão de risco de crédito, mesmo se esse período se estender além do período contratual máximo.

Estes instrumentos financeiros não têm um prazo fixo ou estrutura de reembolso e têm um curto período de cancelamento contratual. No entanto, o Banco não impõe na gestão corrente do dia a dia o direito contratual de cancelar esses instrumentos financeiros.

Isso ocorre porque esses instrumentos financeiros são administrados de forma colectiva e são cancelados somente quando o Banco toma conhecimento de um aumento no risco de crédito no nível da prestação.

Esse período mais longo é estimado levando em consideração as acções de gestão de risco

de crédito que o Banco espera adoptar para mitigar a ECL, por exemplo, redução nos limites ou cancelamento do compromisso de empréstimo.

A mensuração da ECL é baseada na perda de crédito média ponderada pela probabilidade.

Como resultado, a mensuração da provisão para perdas deve ser a mesma, independentemente de ser mensurada individualmente ou colectivamente (embora a mensuração colectiva seja mais prática para grandes carteiras de itens).

Em relação à avaliação para apurar se houve um aumento significativo no risco de crédito, pode ser necessário realizar a avaliação em uma base colectiva, conforme observado abaixo.

Agrupamentos baseados em características de riscos

Quando a ECL é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco, tais como:

Classe do instrumento financeiro	Posição financeira	Nota
Empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos	11
Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Investimentos em títulos	10
Instrumentos de dívida ao justo valor através do rendimento integral	Investimento em títulos	10

Uma análise das concentrações de risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro é demonstrada nas tabelas a seguir.

A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela repre-

Concentração por sector de actividade	Empréstimos e adiantamentos a bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	dívida ao justo valor através do rendimento integral	Compromissos de empréstimos	Garantias financeiras
2018					
Retalho:					
Empréstimos Hipotecários	-	14,133,668	-	-	250,000
Sem garantias	-	31,388,221	-	3,711,492	-
Corporativos					
Imobiliário	-	-	-	-	187,947,816
Energia	-	-	-	-	197,517,713
Serviços	-	-	35,125,738	-	-
Outos	-	-	-	-	28,655,120
Governo	-	-	2,409,529,730	-	-
Sector financeiro	705,483,593	-	-	-	-
	705,483,593	45,521,889	2,409,529,730	3,711,492	414,370,649
2017					
Retalho:					
Empréstimos Hipotecários	-	7,873,171	-	-	899,200
Sem garantias	-	27,166,256	-	-	-
Corporativos					
Innovation and technology	-	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-	-
Energia	-	-	2,682,287	-	-
Serviços	-	-	-	-	-
Outos	-	-	-	-	39,956,102
Governo	-	-	2,309,729,381	-	-
Sector financeiro	665,009,123	-	-	-	-
	665,009,123	35,039,427	2,309,729,381	2,682,287	40,855,302

Uma análise da exposição ao risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro, classificação interna e "estágio", sem levar em conta os efeitos de qualquer garantia ou outras melhorias de crédito, é fornecida nas tabelas a seguir.

- Tipo de instrumento;
- Grau de risco de crédito;
- Tipo colateral;
- Data do reconhecimento inicial;

- Prazo remanescente até o vencimento;

- Indústria;

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo seja composto de exposições homogêneas.

Qualidade de crédito

O Banco monitora o risco de crédito por classe de instrumento financeiro.

A tabela abaixo descreve as classes identificadas, bem como o item da demonstração financeira e a nota que fornece uma análise dos itens incluídos na linha da posição financeira para cada classe de instrumento financeiro.

sentam valores contabilísticos brutos.

Para os compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores brutos. Para os compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

2018	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2017
Empréstimos e adiantamentos a bancos ao custo amortizado					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	705,483,593	-	-	705,483,593	665,009,123
Valor bruto	705,483,593	-	-	705,483,593	665,009,123
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Valor contabilístico	705,483,593	-	-	705,483,593	665,009,123

2018	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2017
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	45,149,013	-	-	45,149,013	-
Grau 4-6: Monitoria	-	-	-	-	35,039,427
Grau 10: Em imparidade	-	-	14,205,967	14,205,967	186,239,060
Valor bruto	45,149,013	-	14,205,967	59,354,981	221,278,486
Perdas por imparidade	(735,202)	-	(13,097,890)	(13,833,092)	(186,239,060)
Valor contabilístico	44,413,811	-	1,108,078	45,521,889	35,039,427

2018	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2017
Instrumentos de dívida ao custo amortizado					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	2,409,529,730	-	-	2,409,529,730	2,309,729,381
Valor bruto	2,409,529,730	-	-	2,409,529,730	2,309,729,381
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Valor contabilístico	2,409,529,730	-	-	2,409,529,730	2,309,729,381

2018	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2017
Instrumentos de dívida ao justo valor através do rendimento integral					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	2,682,287	-	-	2,682,287	2,682,287
Valor contabilístico	2,682,287	-	-	2,682,287	2,682,287

Nenhuma provisão para perdas é reconhecida na demonstração da posição financeira para instrumentos de dívida mensurados na FVTO-

CI, pois o valor contabilístico é mensurado pelo justo valor.

2018	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2017
Compromissos de empréstimos					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	3,711,492	-	-	3,711,492	-
Valor do compromisso	3,711,492	-	-	3,711,492	-
Perdas por imparidade	(285,879)	-	-	(285,879)	-

2018	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2017
Garantias financeiras					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	414,370,649	-	-	414,370,649	-
Valor garantido	414,370,649	-	-	414,370,649	-
Perdas por imparidade	(833,774)	-	-	(833,774)	-

Esta tabela resume a perdas por imparidade no final do exercício por classe de exposição / ac-

tivo (Não foram registadas perdas para outras classes).

Perdas por imparidades por classes

	2018	2017
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado a clientes	13,833,092	186,239,060
	13,833,092	186,239,060

A tabela abaixo analisa o movimento das perdas por imparidade durante o ano por classe de activos.

Perda por imparidade – Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado a clientes	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	394,348	419,233.75	185,425,478	186,239,060
Reexpressão	-	-	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2018	394,348	419,233.75	185,425,478	186,239,060
Alteração nas perdas por imparidade				
Transferência para o estágio 1	340,854	(419,234)	-	(78,380)
Transferência para o estágio 2	-	-	78,380	78,380
Writte offs	-	-	(172,405,968)	(172,405,968)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	735,202	-	13,097,890	13,833,092

Conforme discutido acima, na secção do aumento significativo do risco de crédito, sob os procedimentos de monitoramento do Banco, um aumento significativo no risco de crédito é identificado antes que a exposição esteja em incumprimento e, no máximo, quando a exposição se tornar 30 dias em mora.

Este é o caso principalmente para empréstimos e adiantamentos a clientes e mais especificamente para exposições de crédito de retalho, pois para empréstimos corporativos e outras exposições há mais informações específicas disponíveis sobre o mutuário que são usadas para identificar o aumento significativo no risco de crédito.

A tabela abaixo fornece uma análise da quantia escriturada bruta de empréstimos e

adiantamentos a clientes por status vencido.

	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor bruto	Perdas por imparidade
Empréstimos e adiantamentos a clientes				
Não vencido	45,153,268	739,457	27,251,343	394,348
0-30 dias	-	-	8,461,672	419,234
31-59 dias	-	-	-	-
60-89 dias	-	-	-	-
90-180 dias	7,387,185	6,279,107	280,859	140,865
Mais 181 dias	6,818,783	6,818,783	185,284,613	185,284,613
	59,359,235	13,837,347	221,278,486	186,239,060

O Banco detém garantias para mitigar o risco de crédito associado a activos financeiros.

A garantia apresentada refere-se a instrumentos que são mensurados pelo justo valor através do rendimento integral, custo amortizado e ao justo valor através de resultados.

Os principais tipos de garantias e os tipos de activos aos quais estão associados estão listados na tabela abaixo.

Classe do instrumento Financeiro	Tipo de garantia
Empréstimos e adiantamentos a bancos	Sem garantias
Empréstimos hipotecários	Imóveis
Investimentos em títulos	Sem garantias

Empréstimos hipotecários

O Banco detém imóveis residenciais como garantia para os empréstimos hipotecários que concede a seus clientes. O Banco monitora sua exposição ao crédito imobiliário de retalho usando o índice LTV (Loan to value), que é calculado como a razão entre o valor bruto do empréstimo e o valor da garantia.

O valor da garantia para empréstimos hipotecários residenciais é tipicamente baseado no valor da garantia actualizado com base nas alterações dos índices de preços da habitação.

Para créditos com redução no valor recuperável, o valor da garantia é baseado nas avaliações mais recentes.

A avaliação da garantia exclui quaisquer ajustamentos para obter e vender a garantia.

As tabelas abaixo mostram as exposições de empréstimos hipotecários por faixas de LTV.

	2018		2017	
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Empréstimos Hipotecários Rácio LTV				
Menos de 50%				
51-70%	14,297,395	163,727	4,797,241	71,308
71-90%	-	-	-	-
91-100%	-	-	-	-
Mais de 100%	-	-	-	-
	14,297,395	163,727	4,797,241	71,308

Investimentos em títulos

O Banco detém títulos de investimento mensurados ao custo amortizado com um valor contabilístico de 2,4 mil milhões de Meticais e ao justo valor através do rendimento integral com um valor contabilístico de 2,7 milhões de MT. Os títulos de investimento detidos pelo banco são Bilhetes do tesouro, que não tem garantias.

Activos obtidos em processos de execução de garantias

O Banco obteve os seguintes activos não financeiros durante o exercício executando garantias realizadas contra empréstimos e adiantamentos. A política do Banco é realizar garantias em tempo útil.

	2018	2017
Imóveis	227,700	10,821,190

Activos financeiros renegociados

Para os casos de mutuários com dívidas vencidas, o mutuário poderá se qualificar para um período de reparação para dar ao mutuário a oportunidade de tentar corrigir a situação.

Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e somente se, houver evidência objectiva de perda de valor como resultado de um ou mais eventos de perda que ocorreram após o reconhecimento inicial do activo e antes da data de reporte (“um evento de perda”) e que o evento ou eventos de perda tenha tido um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou carteira que possam ser estimados com segurança.

No final do período de reparação, a situação do Mutuário é reavaliada e a liquidação da conta ou a renegociação dos termos do contrato são tomados em consideração.

Os Activos renegociados compreendem empréstimos que foram transferidos dos créditos em incumprimento para créditos normais, 12 meses após a reestruturação. Na prática, os empréstimos não serão renegociados mais de uma vez em um período de doze meses.

Os critérios que o Banco usa para determinar se há evidência objectiva de uma perda por imparidade incluem:

- Dificuldade financeira significativa do mutuário;
- Uma quebra de contrato, como incumprimento nos pagamentos de juros ou principal;
- O credor, por razões económicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do

mutuário de empréstimo, concedendo ao mutuário uma concessão que o mutuante não consideraria;

- Tornar-se provável que o mutuário entrará em falência ou outra reorganização financeira;

- O desaparecimento de um mercado activo para aquele ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou

- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros desde o reconhecimento inicial desses activos, embora a redução ainda não possa ser identificada com os activos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Alterações adversas na situação de pagamento dos mutuários;

- Condições económicas nacionais ou locais que se correlacionam com o incumprimento dos activos no portfólio.

- Deterioração no valor das garantias; e

- Deterioração da posição competitiva do mutuário.

A política de crédito do Banco considera um incumprimento ocorrido em relação a um mutuário em particular quando um ou ambos dos seguintes eventos ocorreram:

- O Banco considera que é improvável que o mutuário pague integralmente sua obrigação de crédito, sem recurso do Banco a acções como a realização de qualquer título detido;

- Se o mutuário entrar em infração a qualquer um dos termos do contrato de empréstimo, o que pode incluir a incapacidade de alcançar determinados termos do empréstimo.

O Banco avalia primeiramente se existe evidência objectiva de redução ao valor recuperável individualmente para activos financeiros que são individualmente significativos, e individual ou coletivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos.

Todas as exposições marcadas como estando em incumprimento são avaliadas individualmente quanto a perdas por redução ao valor recuperável.

2018	Valor contabilístico bruto	ECL	Valor contabilístico revisto
Transporte	2,000	2,000	-
Consumo	40,111,433	1,617,007	38,494,426
Construção	56,920	56,920	-
Serviços	14,669,896	12,085,885	2,584,010
Petroleo e Gás	3,564,007	71,280	3,492,727
	58,404,255	13,833,092	44,571,164

2017	Valor contabilístico bruto	ECL	Valor contabilístico revisto
Manufatura	3,796,291	3,796,291	-
Transporte	3,207,000	3,207,000	-
Consumo	140,776,142	112,604,643	28,171,499
Construção	10,216,664	10,216,664	-
Serviços	41,144,213	41,144,213	-
Turismo	942,006	942,006	-
Petroleo e Gás	21,196,170	14,328,243	6,867,927
	221,278,486	186,239,060	35,039,427

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão.

A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além

Activos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação colectiva de redução ao valor recuperável.

Para empréstimos e adiantamentos, o valor da perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro garantido reflecte os fluxos de caixa que podem resultar dos custos de execução para obter e vender a garantia, seja ou não provável a execução.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas periodicamente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a experiência de perda real.

Write-offs

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridos inerentes à carteira de crédito.

Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O saneamento irá existir, quando, a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado.

As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.

A análise dos empréstimos e adiantamento a clientes individualmente em imparidade apresenta-se como segue:

de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária.

Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com alguma liquidez, assim como diversificada, que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa.

O Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 14% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado.

A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular.

O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes.

O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de custo prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados.

2018	A vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidades em Banco Central	159,819,935	-	-	-	-	159,819,935
Depósitos sobre instituições de crédito	29,188,301	-	-	-	-	29,188,301
Aplicações em instituições de crédito	-	317,396,091	230,512,500	-	-	547,908,591
Investimentos em títulos	-	2,409,529,730	-	2,682,287	-	2,412,212,017
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7,773,762	-	4,235,397	33,052,681	14,297,395	59,359,235
Outros activos	106,944,945	-	-	-	-	106,944,945
Total de activos financeiros não descontados	303,726,943	2,726,925,821	234,747,897	35,734,968	14,297,395	3,315,433,024

Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	1,322,948,850	283,441,353	-	-	-	1,606,390,203
Depósitos de outras instituições de crédito	-	271,873,000	-	-	-	271,873,000
Outros passivos	-	45,662,479	-	-	-	45,662,479
Total de passivos financeiros não descontados	1,322,948,850	600,976,832	-	-	-	1,923,925,682

2017	A vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidades em Banco Central	195,623,392	-	-	-	-	195,623,392
Depósitos sobre instituições de crédito	35,125,738	-	-	-	-	35,125,738
Aplicações em instituições de crédito	135,053,754	199,106,527	141,648,000	-	-	475,808,281
Investimentos em títulos	-	2,309,729,381	68,000,706	2,682,287	-	2,380,412,374
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	86,831,643	11,721,393	105,865,478	16,859,972	221,278,486
Outros activos	43,999,373	-	-	-	-	43,999,373
Total de activos financeiros não descontados	365,802,884	2,595,667,551	221,370,099	108,547,765	16,859,972	3,308,248,271

Passivos financeiros						
Depósitos de clientes	682,906,512	305,883,331	344,197,911	150,000	-	1,333,137,754
Depósitos de outras instituições de crédito	-	348,218,000	-	-	-	348,218,000
Outros passivos	11,253,743	-	-	-	-	11,253,743
Total de passivos financeiros não descontados	694,160,255	654,101,331	344,197,911	150,000	-	1,692,609,497

Todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano são esperados que sejam recuperados ou liquidados passados mais de 12 meses após o período de relatório.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações. O capital de risco dos preços não se aplica ao Banco.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros.

O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa.

As margens financeiras podem aumentar como

resultado de tais flutuações, mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada em uma base diária.

Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco à taxa de juro a 31 de Dezembro de 2018. Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensuradas pela quantia escriturada e categorizada pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade.

O Banco não está sujeito ao risco de taxa de juros em relação aos itens extrapatrimoniais.



2018	Até 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem juros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	159,819,935	159,819,935
Depósitos sobre instituições de crédito	-	-	-	29,188,301	29,188,301
Aplicações em instituições de crédito	-	547,908,591	-	-	547,908,591
Investimentos em títulos	-	2,409,529,730	-	2,682,287	2,412,212,017
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	4,170,914	40,400,249	-	44,571,164
Outros activos	-	-	-	106,944,945	106,944,945
Total	-	2,961,609,236	40,400,249	298,635,467	3,300,644,952
Passivos financeiros					
Depósitos de clientes	1,322,948,850	283,441,353	-	-	1,606,390,203
Depósitos de outras instituições de crédito	348,218,000	-	-	-	348,218,000
Outros passivos	45,662,479	-	-	-	45,662,479
Total	1,716,829,329	283,441,353	-	-	2,000,270,682

Sensibilidade a taxa de juros na posição financeira	(1,716,829,329)	2,678,167,883	40,400,249	298,635,467	1,300,374,270
---	-----------------	---------------	------------	-------------	---------------

2017	Até 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem juros	Total
ASSETS					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	195,623,392	195,623,392
Depósitos sobre instituições de crédito	-	-	-	35,125,738	35,125,738
Aplicações em instituições de crédito	135,053,754	340,754,527	-	-	475,808,281
Investimentos em títulos	-	2,377,730,087	-	2,682,287	2,380,412,374
Empréstimos e adiantamentos a clientes	34,413,290	626,136	-	-	35,039,427
Outros activos	-	-	-	43,999,373	43,999,373
Total	169,467,045	2,719,110,750	-	277,430,790	3,166,008,585
LIABILITIES					
Depósitos de clientes	682,906,512	305,883,331	344,347,911	-	1,333,137,754
Depósitos de outras instituições de crédito	348,218,000	-	-	-	348,218,000
Outros passivos	-	-	-	11,253,743	11,253,743
Total	1,031,124,512	305,883,331	344,347,911	11,253,743	1,692,609,497

Sensibilidade a taxa de juros na posição financeira	(861,657,468)	2,413,227,419	(344,347,911)	266,177,047	1,473,399,088
---	---------------	---------------	---------------	-------------	---------------

A sensibilidade na demonstração dos resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e

passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 é a seguinte:

	Aumento / diminuição em pontos de base	Impacto nos resultados antes de impostos
2018	+50 bp	59,537,352
	-50 bp	(59,537,352)
2017	+50 bp	68,498,523
	-50 bp	(68,498,523)

Risco cambial

O Banco toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais, nas suas posições financeiras e fluxos de caixa.

imposto sofreria uma redução em cerca de 39.8 milhões Meticais) se a taxa de câmbio flutuasse conforme ilustra a tabela abaixo (Flutuação corrente nas taxas de câmbio).

A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, que é controlada diariamente pela tesouraria, com a supervisão de um gestor sénior.

Os valores negativos na tabela reflectem uma redução potencial nos resultados ou nos capitais próprios, enquanto que os valores positivos reflectem um aumento líquido potencial no resultado e nos capitais próprios.

O resultado líquido do exercício em 31 de Dezembro de 2018 sofreria um aumento ou diminuição em cerca de 45 mil Meticais (em 31 de Dezembro de 2017, o lucro antes do

Uma redução equivalente em cada uma das moedas abaixo contra o Metical teria um impacto inverso nos resultados.

31 Dez 2018	Exposição líquida	Câmbio	Varição na taxa de câmbio%	Impacto nos resultados
Dollar (EUA)				
Euro (Europa)	(490,345,651)	61.47	8.1%	(39,884,956)
Rand (África do Sul)	2,680,194	70.25	8.5%	228,913
GBP (Reino Unido)	930,882	4.28	16%	1,522
NGN (Nigéria)	69,926	78.1	5%	(5,108)
Total	4,342,168	0.17	(12)%	(39,659,593)

31 Dez 2017	Exposição líquida	Câmbio	Varição na taxa de câmbio%	Impacto nos resultados
Dollar (EUA)				
Euro (Europa)	797,550	59.02	2.75%	21,933
Rand (África do Sul)	1,496,759	70.70	1.05%	15,716
GBP (Reino Unido)	146,228	4.79	2.25%	3,290
NGN (Nigéria)	189,618	79.66	2.03%	3,849
Total	(572,557)	0.163	(0.03)%	44,960

2018	MZN	USD	ZAR	EUR	GBP	NGN	Total
Activos							
Caixa e bancos	581,824,215	147,069,441	930,882	2,680,194	69,926	4,342,168	736,916,826
Investimentos em títulos	2,412,212,017	-	-	-	-	-	2,412,212,017
Empréstimos e adiantamentos a clientes	45,521,889	-	-	-	-	-	45,521,889
Outros activos	106,944,945	-	-	-	-	-	106,944,945
Total	3,146,503,066	147,069,441	930,882	2,680,194	69,926	4,342,168	3,301,595,677
Passivos							
Depósitos de clientes	1,240,848,111	365,542,092	-	-	-	-	1,606,390,203
Depósitos de outras instituições de crédito	-	271,873,000	-	-	-	-	271,873,000
Outros passivos	45,662,479	-	-	-	-	-	45,662,479
Total	1,286,510,590	637,415,092	-	-	-	-	1,923,925,682
Exposição líquida	1,859,992,476	(490,345,651)	930,882	2,680,194	69,926	4,342,168	1,377,669,995

2017	MZN	USD	ZAR	EUR	GBP	NGN	Total
Activos							
Caixa e bancos	246,491,719	457,530,458	744,300	2,173,874	189,618	(572,557)	706,557,412
Investimentos em títulos	2,312,411,668	-	-	-	-	-	2,312,411,668
Empréstimos e adiantamentos a clientes	35,039,427	-	-	-	-	-	35,039,427
Outros activos	43,999,373	-	-	-	-	-	43,999,373
Total	2,637,942,187	457,530,458	744,300	2,173,874	189,618	(572,557)	3,098,007,880
Passivos							
Depósitos de clientes	1,223,347,659	108,514,908	598,072	677,115	-	-	1,333,137,754
Depósitos de outras instituições de crédito	-	348,218,000	-	-	-	-	348,218,000
Outros passivos	16,925,584	-	-	-	-	-	16,925,584
Total	1,240,273,243	456,732,908	598,072	677,115	-	-	1,698,281,338
Exposição líquida	1,397,668,944	797,550	146,228	1,496,759	189,618	(572,557)	1,399,726,542

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras.

O Banco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito à adequação dos rácios de Capitais Próprios tal como a Solvabilidade e Concentração de Crédito.

O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos.

Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

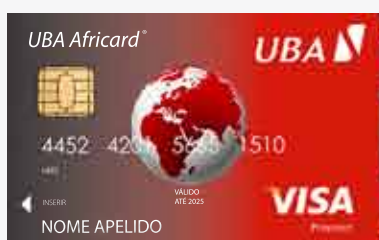
O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio.

O Banco de Moçambique exige a cada banco para manter o nível mínimo de rácio de solvabilidade de 11% (9% em 2017).

A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

	2018	2017
Fundos próprios de base (Tier I)		
Capital social realizado	1,744,712,000	1,744,712,000
Prémios de missão	571,653,523	571,653,523
Reservas e resultados transitados	(892,020,547)	(897,273,569)
Activos intangíveis	(10,617,028)	(3,322,642)
Total	1,413,727,948	1,415,769,312
Fundos próprios complementares (core Tier II)		
Outros	(10,617,028)	(3,322,642)
Total	1,413,727,948	1,415,769,312
Activos ponderados pelo risco		
Na posição financeira	755,205,010	577,719,458
Elementos extrapatrimoniais		
Risco operacional e de mercado	60,499,907	54,069,397
Total de activos ponderados pelo risco	815,704,917	631,788,856
Core Tier I	173.31%	224.09%
Core Tier II	-	-
Rácio de solvabilidade	173.31%	224.09%
Rácio de solvabilidade regulamentar mínimo	11%	9%



Adira já ao seu UBA Prépago a custo ZERO ate 30 de Junho 2019

O principal objectivo da gestão de capital do Banco é assegurar a conformidade com os objectivos estratégicos em termos de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as

exigências mínimas de capital estabelecidos pelo Banco de Moçambique, o que reflecte um rácio mínimo de solvabilidade em relação aos riscos assumidos no decurso da sua actividade.

31. Acontecimentos após a data de balanço

Não existem outros eventos subsequentes materiais após a data do Balanço que possam

influenciar a leitura e interpretação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018.

O Contabilísta

Emete E. Iweriebor
Conselho de Administração

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III		BALANÇO - CONTAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018							
Código de contas	ACTIVO	ANO (Dez 2018)			ANO ANTERIOR (Dez 2017)	Código de contas	PASSIVO	ANO (Dez 2018)	ANO ANTERIOR (Dez 2017)
		Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Activo Líquido					
10+3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	159,820	-	159,820	195,623	38-3311 (1)+3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	-
11+3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	30,333	-	30,333	35,126	43(1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação	-	-
153 (1)+158 (1)+16	Activos Financeiros Detidos para negociação	-	-	-	-	43(1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-
153 (1)+158 (1)+17	Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-	-	-	39-3311 (1)+3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituições de Créditos	271,873	348,218
154+158 (1)+18+3488 (1)+5388 (1)	Activos financeiros disponíveis para Venda.	2,682	-	2,682	2,682	40+41-3311 (1)+3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	1,606,390	1,333,138
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)+350-3550-5210 (1)+5300	Aplicações em Instituições de Crédito	546,764	-	546,764	475,808	42-3311 (1)+3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Títulos	-	-
14+151+152+158 (1)+159 (1)+204+3310 (1)+3400+3408-3510-3519-3520+3521+5210 (1)+5310+5319	Créditos a clientes	59,359	13,837	45,522	35,039	44	Derivados de Cobertura	-	-
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)+5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	2,409,530	-	2,409,530	2,309,729	45	Passivos não correntes detidos para Venda e operações descontinuadas	-	-
21	Derivados de Cobertura	-	-	-	-	47	Provisões	-	-
25-3380	Activos não correntes detidos para Venda	-	-	-	-	480	Passivos por Impostos correntes	-	-
26-3581 (1)+360 (1)	Propriedade de Investimentos	-	-	-	-	491	Passivos por impostos diferidos	-	-
27-3581 (1)+360 (1)	Outros Activos tangíveis	102,435	73,372	29,063	21,296	490+498+499 (1)+3311 (1)+3418 (1)+5006 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados	-	-
29-3583-361	Activos Intangíveis	22,778	12,161	10,617	3,323	51-3311 (1)+3417+3418+50 (1)+5207+5208+5211 (1)+5209+5208-5288+5218 (1)+54 (1)+52	Outros Passivos	45,662	16,926
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	55	Capital	1,744,712	1,744,712
300	Activos por Impostos correntes	100,159	-	100,159	-	602	Premios de Emissão	571,654	571,654
301	Activos por Impostos diferidos	-	-	-	-	57	Outros Instrumentos de Capital	-	-
12+157+158 (1)+159 (1)+161 (1)+31+32+3302+3308+3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)+358+352+510 (1)+52+5210 (1)+5304-5308 (1)+54 (1)+3	Outros Activos	27,724	-	27,724	43,999	58	Accões Próprias	-	-
						58+59	Reservas de Reavaliação	-	-
						60+62+61	Outras reservas e resultados transferidos	(892,021)	(897,274)
						64	Resultado do Exercício	13,943	5,253
						43	Dividendos antecipados	-	-
	TOTAL DO ACTIVO	3,461,584	99,370	3,362,214	3,122,626		TOTAL DO PASSIVO	3,362,214	3,122,626

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas
(2) A rubrica 50 deveria ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor
(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

MODELO IV		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		
Código de contas	DEBITO	ANO	ANO ANTERIOR	
		(Dez 2018)	(Dez 2017)	
79+80	Juros e Rendimentos Similares	565779.13612	309011.19588	
66+67	Juros e Encargos Similares	255514.58152	145737.45693	
	Margem Financeira	310,265	163,274	
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	-	-	
81	Rendimentos com serviços e Comissoes	14055.11074	13749.74995	
68	Encargos com serviços e Comissoes	20528.4335	15101.9317	
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+	Resultados de Activos e Passivos Avaliados	-	-	
832+833+835(1)+836 (1)+838+83900+83910	ao Justo valor através de Resultados	-	-	
694+834	Resultados de Activos Financeiros	-	-	
	Disponíveis para Venda	-	-	
-690+830	Resultados de Reavaliacao Cambial	13314.54865	16888.04077	
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837	Resultados de Alienacao de Outros Activos	-	-	
+839 (1)+843 (1)+844 (1)		-	-	
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725		-	-	
(1)-726(1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911		-	-	
+840+843(1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploracao	-29047.69508	17015.42699	
	Produto Bancario	288,058	195,825	
70	Custo com Pessoal	117183.36576	102908.51302	
71	Gastos Gerais Administrativos	100988.55204	78390.36484	
77	Amortizacao do Exercício	9871.58248	9273.12522	
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisões Líquidas de Reposicoes e Anulacoes	-	-	
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624	Imparidade de Outros Activos Financeiros	-	-	
+7625+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718	Líquidos de Reversoes e Recuperacoes	5071.43286	1.03682396002114E-10	
-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Liquida de reversoes e Recuperacoes	-	-	
768+769 (1)-877-878		-	-	
	Resultado Antes de Impostos	54,943	5,253	
65	Impostos Correntes	41000	-	
74-86	Impostos Diferidos	-	-	
640	Resultados após Impostos	13,943	5,253	
-72600-7280+8480+84400	Impostos Correntes	3,000	3,000	
640	TOTAL	13,943	5,253	

#EUSOUAFRICANO

O MEU BANCO É AFRICANO

UBA United Bank for Africa

Africa's Global Bank

Para mais informações visite o nosso website www.ubagroup.com